

OFÍCIO Nº 145/2022/VR/ANA
Documento nº 02500.059540/2022-16

Brasília, 16 de novembro de 2022.

Ao Senhor
SÉRGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA
Secretário-Executivo
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH
SEPN, Quadra 505, Lote 02, Edf. Marie Prendi Cruz, 1º Andar
70730-540 Brasília – DF

Assunto: **Oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre alteração da Outorga do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF.**

Referência: Processo nº 02501.000006/2001-51

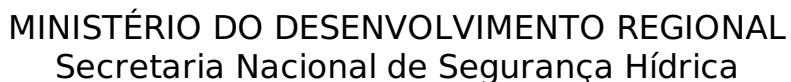
Senhor Secretário,

1. Em atenção ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, que versa sobre a oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para a prorrogação dos prazos de início e conclusão da implantação de empreendimento definidos no ato da outorga de direito de uso de recursos hídricos quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, encaminho cópia do pedido de prorrogação do prazo solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para entrada em operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
2. Encaminho também a Nota Técnica nº 7/2022/COOUT/SRE, com as considerações técnicas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico acerca da referida solicitação de prorrogação de prazo, em que se manifesta favorável.
3. Dessa forma, solicito a oitiva do CNRH sobre o tema em sua próxima reunião plenária.
4. Esta Agência permanece à disposição para informações adicionais, se necessárias.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS
Diretora-Presidente da

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico -ANA



Brasília, data da assinatura eletrônica..

Assunto: Ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Senhora Diretora-Presidente.

1. Cumprimento-a cordialmente, refiro-me à solicitação de ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), disciplinado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, em sua condicionante III do art. 4º.
2. Tendo em vista as diretrizes adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional de pautar sua ação em uma racionalidade mais prudente com o objetivo de seguir boas práticas para a segurança de suas infraestruturas e tratar adequadamente os riscos, principalmente, de cumprimento de cronogramas, solicito a alteração da condicionante III do art. 4º, da Resolução ANA nº 411/2005, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF para até 31 de dezembro de 2024, conforme explanação da Nota Técnica nº

Atenciosamente,

[assinado eletronicamente]
SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA
Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Anexo: Nota Técnica nº 15/2022/CEO/CGCO/DPE SNSH/SNSH-MDR
(3931658).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Soares de Souza Costa, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 13/09/2022, às 12:35, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
3932254 e o código CRC **C62F0071**.

Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 900 - Brasília/DF - Telefone: (61)
2034-5828 - CEP 70067-901 <http://www.mdr.gov.br>



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Projetos Estratégicos
Coordenação-Geral de Contratos e Orçamento
Coordenação de Estruturação da Operação

Nota Técnica nº 15/2022/CEO/CGCO/DPE SNSH/SNSH-MDR

Processo nº 59000.009442/2022-88

Ao Departamento de Projetos Estratégicos (DPE/SNSH)

Assunto: Ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

1. OBJETIVO

1.1. Por solicitação do Departamento de Projetos Estratégicos (DPE), elaborou-se a presente Nota Técnica com o objetivo de subsidiar o pedido de ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, disciplinado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, na [Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005](#), em sua condicionante III do art. 4º.

1.2. Conforme última alteração realizada por meio da [Outorga ANA nº 2567, de 24 de dezembro de 2020](#), a cláusula supra indicada deve ser cumprida até o dia 31 de Dezembro deste ano. Caso isto não ocorra, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) estará exposto a possível suspensão da outorga, de forma parcial ou total, e em caráter definitivo ou por tempo determinado.

2. OUTORGA DO PISF

2.1. A [Resolução ANA nº 411](#), de 22 de setembro de 2005, outorga ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR o direito de uso de recursos hídricos do Rio São Francisco, por vinte anos, para a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, nas seguintes condições conforme o art. 1º:

"Art. 1º Outorgar ao Ministério do Desenvolvimento Regional o direito de uso de recursos hídricos do Rio São Francisco, para a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, nas seguintes condições: (Nova redação dada pela Outorga n.º 3082, de 26 de dezembro de 2019)

I - coordenadas geográficas do ponto de captação do eixo norte: 8º 32'43,32" de latitude sul e 39º 27'19,86" de longitude oeste;

II - coordenadas geográficas do ponto de captação do eixo leste: 8º 48'34,72" de latitude sul e 38º 24'23,62" de longitude oeste;

III - vazão firme disponível para bombeamento, nos dois eixos, a qualquer tempo, de 26,4 m³/s, correspondente à demanda projetada para o ano de 2025 para o consumo humano e dessedentação animal na região; e

IV - excepcionalmente, será permitida a captação da vazão máxima diária de 114,3 m³/s e instantânea de 127 m³/s, quando o nível de água do reservatório de Sobradinho estiver acima do menor valor entre:

a) nível correspondente ao armazenamento de 94% do volume útil; e

b) nível correspondente ao volume de espera para controle de cheias."

2.2. O art. 4º desta Resolução estabelece que a outorga poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, pelos motivos que expõe.

"Art. 4º Esta outorga poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, no caso de incidência nos arts. 15 e 49 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 ou por descumprimento das seguintes condicionantes:

I - Instituição, de acordo com o Termo de Compromisso assinado pelo Governo Federal e Estados receptores, do Sistema de Gestão do Projeto de Integração de Bacias, até 31 de dezembro de 2006;

II - Início da implantação física do empreendimento em até dois anos, contados da data de publicação desta Resolução;

III - Início da operação da primeira fase do empreendimento em até seis anos, contados da data de publicação desta Resolução; e

IV - Implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento." (grifo nosso)

2.3. A [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), dispõe sobre a criação da ANA, em seu art. 5º, indica os prazos para início e término da implantação de um empreendimento outorgado, bem como, no § 2º do mesmo artigo, autoriza a ANA ampliar estes prazos desde que cumpridos determinados requisitos.

"Art. 5º Nas outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, serão respeitados os seguintes limites de prazos, contados da data de publicação dos respectivos atos administrativos de autorização:

I - até dois anos, para início da implantação do empreendimento objeto da outorga;

II - até seis anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado;

III - até trinta e cinco anos, para vigência da outorga de direito de uso.

§ 1º Os prazos de vigência das outorgas de direito de uso de recursos hídricos serão fixados em função da natureza e do porte do empreendimento, levando-se em consideração, quando for o caso, o período de retorno do investimento.

§ 2º Os prazos a que se referem os incisos I e II poderão ser ampliados, quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 3º O prazo de que trata o inciso III poderá ser prorrogado, pela ANA, respeitando-se as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos.

§ 4º As outorgas de direito de uso de recursos hídricos para concessionárias e autorizadas de serviços públicos e de geração de energia hidrelétrica vigorarão por prazos coincidentes com os dos correspondentes contratos de concessão ou atos administrativos de autorização.” (grifo nosso)

2.4. O prazo inicialmente estabelecido para atendimento da condicionante III, do art. 4º da Resolução ANA nº 411 foi até 26 de setembro de 2011, tendo sido este prorrogado na seguinte sequência:

- I - por meio da [Resolução ANA nº 37, de 13 de fevereiro de 2012](#), foi prorrogado até 26 de setembro de 2014;
- II - por meio da [Resolução ANA nº 1.202, de 18 de agosto de 2014](#), foi prorrogado até 26 de setembro de 2016;
- III - por meio da [Resolução ANA nº 1.133, de 19 de setembro de 2016](#), foi prorrogado até 26 de março de 2018;
- IV - por meio da [Outorga ANA nº 301, de 15 de março de 2018](#), foi prorrogado até 31 de dezembro de 2018;
- V - por meio da [Outorga ANA nº 2.122, de 21 de dezembro de 2018](#), foi prorrogado até 31 de dezembro de 2019;
- VI - por meio da [Outorga ANA nº 3.082, de 26 de dezembro de 2019](#), foi prorrogado até 31 de julho de 2020;
- VII - por meio da [Resolução ANA nº 21, de 20 de abril de 2020](#), os prazos de vencimento de todas as outorgas e todas as condicionantes foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020; e
- VIII - por meio da [Outorga ANA nº 2567, de 24 de dezembro de 2020](#), foi prorrogado até 31 de dezembro de 2022.

3. HISTÓRICO DO ÚLTIMO PROCESSO DE PRORROGAÇÃO

3.1. Em 01 de outubro de 2020, o MDR solicitou à ANA, por meio do Ofício nº 581/2020/SNSH-MDR (2805463), a alteração da condicionante III do art. 4º, da Resolução ANA nº 411/2005, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF para até 31 de dezembro de 2022, conforme explanado na Nota Técnica nº 18/2020/DPE/SNSH/MDR (2803246).

3.2. O pedido de ampliação de prazo apresentado pelo MDR foi fundamentado nos seguintes itens:

- a) incerteza quanto à solução das não-conformidades do Reservatório de Cacimba Nova, no Eixo Leste;
- b) dificuldades da operação no Eixo Norte vindas do incidente no reservatório de Jati; e
- c) dificuldades na negociação entre a União e os Estados Beneficiados acerca da assinatura do Contrato de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta.

3.3. Em 16 de novembro de 2020, a ANA enviou ao MDR o Ofício nº 193/2020/AA-CD/ANA (2895145) e a Nota Técnica nº 8/2020/COOUT/SER (2895145) manifestando-se favorável à solicitação de prorrogação de prazo estipulado.

3.4. A fim de apresentar manifestação quanto a necessidade de prorrogação do prazo da condicionante da outorga, esta CGCO solicitou, por meio do Despacho CEO (3799917), que fossem apresentadas manifestações quanto aos itens que impediram o início da operação comercial dentro do prazo anteriormente determinado. Em complementação, foram ainda solicitadas informações sobre o constante no Art. 8º da [Resolução ANA nº 2.333/2017](#) que, ao nosso entendimento, também impede o início das operações, caso não seja atendido.

3.5. Para o item referente a negociação da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços de Adução de Água Bruta com os Estados Beneficiados, este item será apresentado por meio de relato desta própria CGCO.

4. PENDÊNCIAS REFERENTES A INFRAESTRUTURA DO EMPREENDIMENTO

4.1. Por meio da Nota Técnica nº 13/2022/ASS CGOF/DPE SNSH/SNSH-MDR (3815651), a Coordenação-Geral de Obras e Fiscalização (CGOF), atualizou as informações referentes a estruturas do PISF que se encontram com pendências. Além das enumeradas no último pedido de prorrogação, Barragem Cacimba Nova e Reservatório Jati, foram citados: Dique Negreiros; Forebay de Jusante da EBV-II; válvulas dispersoras do reservatório Atalho; válvulas EBI's 2 e 3; manutenção dos motores das estações de bombeamento (EBV's 1 a 6) e EBI-1; Galeria Monteiro (WBS 2227), além de outras ações com encaminhamentos para devidas soluções.

4.2. Em referência ao explanado pela Nota Técnica 13 (3815651), foi esclarecido pelo DPE, por meio da Nota Informativa 9 (3895124) que: "Com relação a Nota Técnica 13, item 3, foram apontadas pela CGOF estruturas que necessitam de reparos e manutenção. Em que pese o exposto, informa-se que os Eixo Norte e o Eixo Leste do PISF, assim como o Ramal do Agreste, encontram-se em condições operacionais. Ademais, quando forem ser implementadas as medidas necessárias à manutenção do sistema, as metodologias aplicáveis para cada intervenção devem priorizar a não interrupção da operação, em ambos os

5. ASSINATURA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO PISF E INÍCIO DA COBRANÇA DE TARIFAS

5.1. A necessidade de assinatura de um contrato com os Estados Beneficiados para o fornecimento das águas do PISF e a consequente cobrança por este serviço remete ao ano de 2005, quando, por meio da [Resolução nº 47, de 17 de janeiro de 2005](#), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) aprovou o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), todavia, condicionando a validade desta aprovação à obtenção e cumprimento, pelo empreendedor, da licença ambiental e da outorga, além de outros documentos que fossem exigidos por lei.

5.2. Assim, no ano de 2005, para conseguir as autorizações necessárias à implantação do PISF, o Ministério da Integração Nacional (MI) precisou comprovar a viabilidade técnico-econômica, financeira, institucional e ambiental do Projeto. Foi preciso então que os envolvidos, União e Estados Beneficiados, fizessem um pacto por meio de um [Termo de Compromisso](#), que desse a garantia de que cada um faria sua parte para que o empreendimento tivesse sucesso e fosse sustentável.

5.3. Por meio deste documento ficou acordado, entre outras coisas, que a União implantaria as infraestruturas dos Eixos Principais e Ramais Associados a "fundo perdido". Como contrapartida os Estados Beneficiados assumiram a responsabilidade integral sobre os custos de operação e manutenção do sistema, garantindo que haveria o fluxo de recursos suficientes para garantir a continuidade da qualidade das infraestruturas e, portanto, da entrega do serviço à população.

5.4. Durante os anos seguintes, União e Estados Beneficiados debateram e negociaram a fim e modelar a forma como este Compromisso seria efetivado, tendo como sua questão fundamental a tarifa que seria cobrada dos Estados pelo fornecimento de água bruta oriunda do PISF. Se por um lado a União precisava deste contrato para iniciar a operação comercial do PISF e obter os recursos necessários à operação e manutenção do sistema, por outro os Estados alegavam que a estrutura necessária ao aproveitamento das águas não estava concluída, tanto nos Eixos principais e Ramais do PISF, quanto nos Estados (obras complementares que são executadas pelos Estados com recursos do orçamento federal).

5.5. A partir de 2019, as negociações para assinatura dos contratos de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF vem sendo conduzidas pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF da Advocacia Geral da União - AGU. Durante este tempo foram promovidas, com os quatro Estados Beneficiados pelo PISF e com diversos órgãos da União, várias reuniões e consultas. Após um processo intenso de negociações, em 29 de abril de 2021, foi firmado entre o MDR e os Estados Beneficiados um Termo de Pré-Acordo por meio do qual foram assumidas responsabilidades e elencadas condições para a assinatura do futuro contrato.

5.6. Após a assinatura do Termo de Pré-Acordo, as tratativas para firmar os Contratos de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta, bem como os Termos de Conciliação, focaram-se nos mecanismos de garantias associadas ao pagamento das tarifas de prestação do serviço. Como resultado do acordado no Pré-Acordo, optou-se por estabelecer a retenção do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

5.7. A retenção de recursos dos repasses do FPE, visando sua utilização como garantia ou contragarantia, é de exclusividade da União, conforme artigo 167, inciso IV, § 4º da Constituição Federal de 1988, exigindo assim que o débito seja contraído com a Administração Direta. Para atender a este dispositivo, bem como tratar de outros assuntos, o Decreto nº 5.995/2006, que institui o Sistema de Gestão do PISF, encontra-se em alteração a fim de definir o Ministério do Desenvolvimento Regional como Operadora Federal do PISF.

"Art. 167. São vedados

(...)

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

(...)

§ 4º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d" e "e" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia."

5.8. Em paralelo ao equacionamento da questão das garantias, as negociações com os estados avançaram para a fase de elaboração das minutas dos contratos e seus anexos. Em especial com relação ao estado de Pernambuco, teve-se um avanço significativo até fevereiro de 2022. Porém, este estado tem condicionado a assinatura do Contrato à disponibilização dos recursos necessários à conclusão da Adutora do Agreste, conforme sinalizado no item **4)** do Pré-Acordo. Ocorre que os valores necessários a conclusão deste empreendimento, propostos pelo MDR para constar na LOA, sofreu corte e não foram atendidos os pedidos de suplementação feitos pelo MDR.

5.9. Como estamos próximos ao início de novos governos, tanto em âmbito federal como estadual, acreditamos que será necessário retomar as negociações com a recapitulação de todos os passos que foram dados até o momento e somente após termos a retomada objetiva das discussões. Este assunto foge a seara técnica e é de difícil mensuração quanto ao tempo que demandará para sua

conclusão.

5.10. Outra opção para que se possa dar início a operação comercial seria estabelecer em lei uma tarifa por serviços hídricos associada a prestação de serviços de infraestrutura hídrica. Neste sentido, o Governo Federal apresentou no final de 2021 um o [PL nº 4546/2021](#) (Marco Hídrico) que apresenta mecanismos que auxiliam a instituição desta cobrança e, por consequência, na possibilidade do início da operação comercial. Hoje este PL encontra-se nos tramites regimentais do Congresso Nacional, conforme consta no [sítio eletrônico da Câmara dos Deputados](#). Por depender de agentes externos à governança do poder executivo, a mensuração de um prazo para efetivar esta opção também não é simples.

6. DEMAIS ITENS PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO COMERCIAL - ART. 8º DA RESOLUÇÃO 2.333/2017 DA ANA

6.1. De acordo com [Resolução ANA nº 2.333/2017](#), alterada pela Resolução nº 74, de 25 de setembro de 2019, dispõe em seu art. 8º as condições para início da operação comercial, onde lê-se o seguinte:

"Art. 8º A Operadora Federal iniciará a operação comercial com cobrança de tarifas após assinatura do contrato entre a Operadora Federal e a Operadora Estadual, aprovação do PGA pela ANA, assinatura e publicação do primeiro PGA, e comprovação da instalação, calibração e testes dos equipamentos de medição de vazões situados nas estações de bombeamento e nos Pontos de Entrega ativos no trecho que entrará em operação comercial."

6.2. Com relação a assinatura do Contrato de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta do PISF e início da cobrança de tarifas, o tópico anterior já se manifestou a respeito do assunto.

6.3. Quanto aos demais itens, o Despacho CGPS (3805788) apresentou as informações necessárias:

1. Em atendimento ao Despacho DPE SNSH (SEI 3803463), que solicita que seja atendido o Despacho CEO (SEI 3799917), esta Comissão esclarece que, em relação ao parágrafo 3º do referido despacho, os PGAs estão sendo elaborados, aprovados e publicados pela ANA anualmente, desde 2019.

2. No que tange à situação da instalação, calibração e testes dos equipamentos de medição de vazões situados nas estações de bombeamento e nos Pontos de Entrega, informamos que esta Comissão elaborou a Nota Técnica nº 11/2022/DPE/SNSH-MDR (SEI 3633069), encaminhada à ANA (Ofício nº 188/2022/SNSH-MDR (SEI 3698288) em 14/04/2022, na qual é apresentada uma proposta de atendimento transitório à Resolução nº 2.333/2017 sobre as medições das vazões entregues pelo PISF aos estados beneficiados de acordo com o Plano de Gestão de Anual - PGA e verificar as condições de atendimento ao Artigo 8º da Resolução 2.333/2017, de modo a viabilizar a início da operação comercial do PISF.

3. Cabe também informar que os equipamentos instalados nas estações de bombeamento do Eixo Leste foram calibrados recentemente pelo IPT e os serviços para o Eixo Norte estão previstos para se iniciarem em agosto de 2022.

4. Em relação aos medidores instalados nos Pontos de Entrega, tanto do eixo Norte quanto do Eixo Leste, a previsão para a instalação, calibração e testes estão previstos para serem concluídos no início de 2023.

6.4. Com relação a este item foi complementado pelo DPE, Nota Informativa 9 (3895124): "Já com relação ao Despacho CGPS, informo que a ação junto a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) não surtiu os resultados esperados. Todavia, a atual inexistência dos medidores não prejudica a operação do sistema, tão somente a verificação precisa dos volumes de água aduzidos. Por fim, espera-se que os medidores estejam instalados até o final de 2023".

7. QUANTO A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DO EMPREENDIMENTO

I - Dados Gerais

7.1. O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF) possui como principais características, por um lado, uma grande flexibilidade de regime de bombeamento e entregas e, por outro, forte dependência de variáveis como o estoque do reservatórios receptores, nível do reservatório de Sobradinho e preço da energia, que são influenciadas por elementos com comportamento estocástico, sobretudo o clima. Neste cenário, foi outorgado ao MDR o direito de captação de uma vazão firme de 26,4 m³/s, na média anual e sob quaisquer circunstâncias, para atendimento preferencial aos usos prioritários por lei, e vazões excepcionais até 114,3 m³/s na média diária e instantânea de 127 m³/s, quando houver reservação favorável em Sobradinho.

7.2. O PISF é o maior projeto de infraestrutura hídrica do país, sendo formado por 2 Eixos Principais: Eixo Norte (Trecho I e II) e Eixo Leste (Trecho V); além de quatro Ramais Associados: Ramal do Salgado (Trecho III), Ramal do Apodi (Trecho IV), Ramal do Entremontes (Trecho VI) e Ramal do Agreste (Trecho VII). Somente os Eixos Principais somam 477 km, Eixo Norte (260 km) e Eixo Leste (217 km), que se estendem pelos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

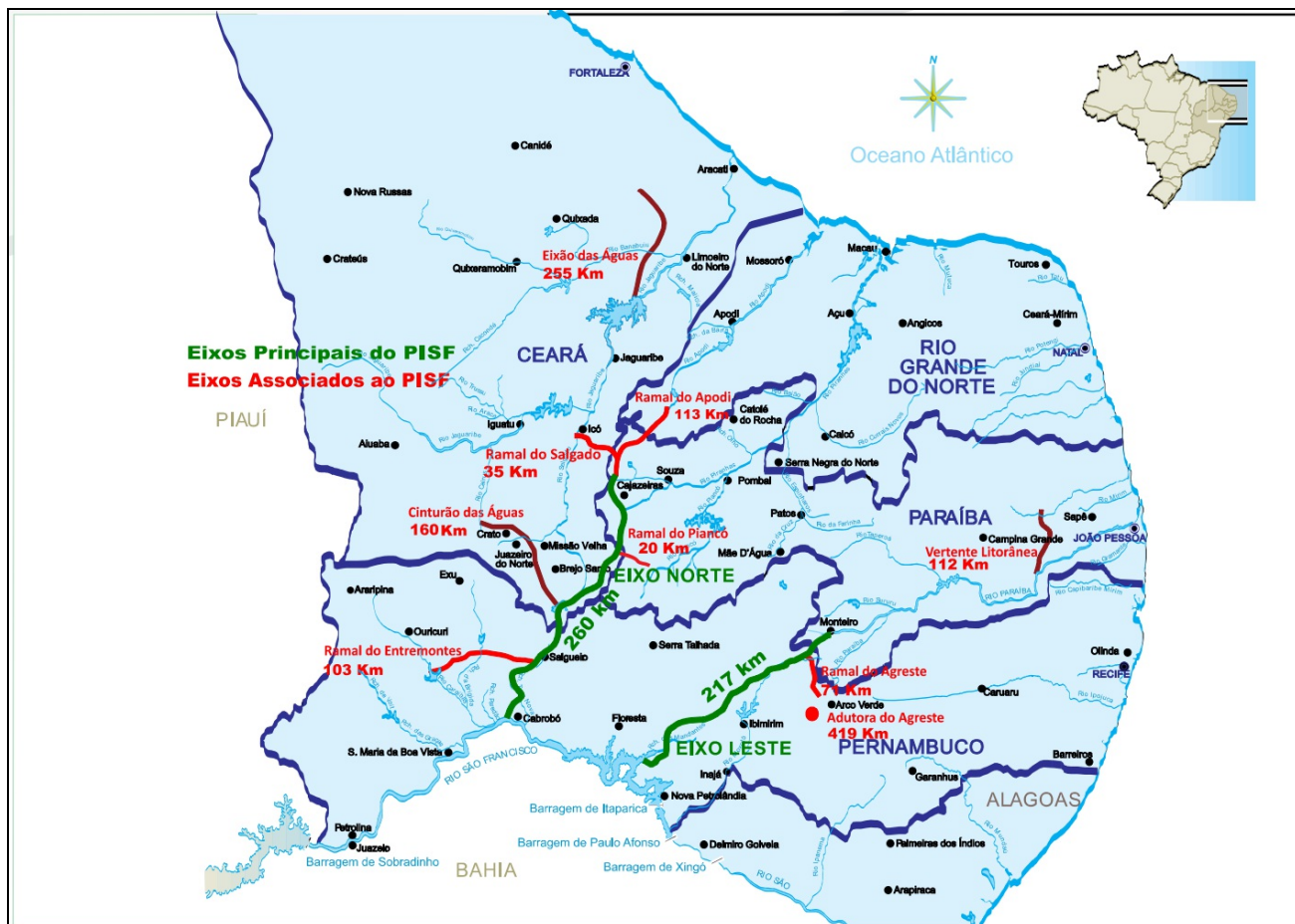


Figura 1: Mapa de Localização do PISF e Ramais Associados. Fonte: Sumário Executivo do PISF.

7.3. O empreendimento visa garantir a segurança hídrica de mais de 12 milhões de habitantes de 414 municípios localizados na Região do Nordeste Setentrional, promovendo a otimização do uso e o gerenciamento dos recursos hídricos. A região beneficiada engloba territórios economicamente importantes como as Regiões Metropolitanas do Cariri e de Fortaleza no Ceará, de Campina Grande e de João Pessoa, na Paraíba, do Agreste em Pernambuco e de Mossoró no Rio Grande do Norte, além de importantes polos de irrigação e aquicultura, principalmente nas bacias dos rios Piancó-Piranhas-Açu e Jaguaribe, como também áreas do interior do Nordeste com potencial econômico e relevantes para uma política de desenvolvimento regional.

7.4. A função social é uma diretriz referencial do PISF, contemplando em sua dimensão assegurar a oferta adequada de água de boa qualidade, e com garantia, para a população e setores de atividades econômicas. O aumento da sustentabilidade hídrica reflete na redução dos efeitos das secas em extensas porções territoriais do semi-árido setentrional, que sofre com escassez e irregularidades de chuvas, refletindo no aumento da garantia do fornecimento de água para uso múltiplo rural e urbano. Este efeito social desencadeia o crescimento econômico em cadeias produtivas variadas na indústria, turismo e irrigação.

7.5. A implantação de uma obra de infraestrutura da magnitude do PISF requer uma atenção especial no que se refere ao impacto ambiental e social da população local. Tendo isso em vista, o Plano Básico Ambiental (PBA), elaborado a partir das recomendações propostas dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), promove 38 Programas Ambientais que visam dotar o empreendimento de mecanismos eficientes que garantam a execução de todas as ações planejadas para controlar, minimizar, monitorar e compensar os impactos socioambientais gerados, de forma a manter um elevado padrão de qualidade ambiental na implantação e operação. O PISF destina mais de R\$ 1,6 bilhão do seu orçamento para os PBA's, representando 14% total do investimento. Atualmente, os Programas Ambientais apresentam um avanço de 92,58% de execução física em ambos os Eixos.

7.6. O viés econômico do Projeto procura mitigar os riscos que limitam desenvolver economicamente a região semi-árida do Nordeste, implicando em melhorias que auxiliam no aumento da qualidade de vida da população. Os benefícios do Projeto se dão na redução de gastos públicos emergenciais durante períodos de secas, melhorias nas condições de saúde pública, empregabilidade e renda do produtor urbano na indústria e turismo, e na possibilidade do produtor rural implementar processos de irrigação na sua lavoura.

II - Evolução das Obras

7.7. Atualmente os Eixos Principais do PISF encontram-se com mais de **98,98% de execução física**, sendo o **Eixo Norte com 99,80%** e o **Eixo Leste com 97,13%**. Estes avanços correspondem à evolução dos projetos, obras civis,

instalações e montagens eletromecânicas, e ações ambientais. Em relação aos Ramais Associados, o Ramal do Agreste está concluído, o Ramal do Apodi está em fase inicial de obras, o Ramal do Salgado está em fase de contratação, e o Ramal do Entremontes está aguardando licitação.

II.I - Eixo Norte

7.8. O Eixo Norte é formado pelos Trechos I e II. A captação de águas se dá no Município de Cabrobó (PE), na calha do rio São Francisco, por uma vazão firme outorgada, a qualquer tempo, de 16,4 m³/s.

7.9. Este Eixo percorre 260 km, conduzindo águas aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará, rio Apodi, no Rio Grande do Norte e o rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Sua capacidade total de armazenamento nos reservatórios é de 692 milhões de m³ e, atualmente, possui um volume armazenado de 514,9 milhões de m³.

7.10. O Trecho I possui 140 km de extensão e contém três estações de bombeamento (EBI-1, EBI-2 e EBI-3). As EB's em conjunto elevam as águas em 169 metros e possuem o potencial máximo previsto para aduzir até 99 m³/s. Todavia, para a primeira fase de operação, o bombeamento total está reduzido a 25% da sua capacidade máxima.

7.11. O Trecho II possui 120 km de extensão e seu funcionamento se dá por gravidade, em um desnível de 100 metros, com vazão máxima de até 89 m³/s.

7.12. Para acompanhar o avanço físico da infraestrutura do Eixo Norte, os Trechos I e II foram divididos nas Metas 1N, 2N e 3N. O Trecho I contempla a Meta 1N e o Trecho II contempla as Metas 2N e 3N. A Tabela 1 dispõe dos avanços das metas de execução física do Eixo Norte:

Tabela 1: Metas de Execuções Físicas do Eixo Norte - 99,80%		
Trecho I	Trecho II	
Meta 1N - 99,60%	Meta 2N - 99,99%	Meta 3N - 99,99%
A captação de águas se dá no Rio São Francisco, em Cabrobó (PE) até o Reservatório Jati (CE). A Meta 1N possui 140 km de extensão. Situação: Operacional	A captação de águas se dá no Reservatório Jati (CE) até a estrutura de controle do Reservatório Boi II, no município de Brejo Santo (CE). A Meta 2N possui 39 km de extensão. Situação: Operacional	A captação de águas se dá no Reservatório Boi II (CE) até o Reservatório Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras (PB). A Meta 3N possui 81 km de extensão. Situação: Operacional

7.13. As obras do Eixo Norte estão praticamente concluídas, e em condições de aduzir as águas previstas para este Eixo.

II.I.I - Ramais Associados ao Eixo Norte

7.14. Anexo ao Eixo Norte, existem planejados três Ramais Associados:

Tabela 2: Ramais Associados ao Eixo Norte		
Ramal do Salgado (Trecho III)	Ramal do Apodi (Trecho IV)	Ramal do Entremontes (Trecho VI)
A captação de águas terá início no km 30 do Ramal do Apodi, localizado na encosta da Serra do Amaro (CE), e terminará no rio Salgado (CE). O Trecho III possui 35,2 km de extensão e seu funcionamento se dará por gravidade, em um desnível de 90 metros. Após implementação, permitirá uma adução máxima de 20 m³/s. Situação: Fase de Contratação.	A captação de águas terá início no reservatório Caiçara (PB) e terminará no açude de Angicos (RN). O Trecho IV possui 115,41 km de extensão e seu funcionamento se dará por gravidade, em um desnível de 120 metros. Após implementação, permitirá uma adução máxima de 40 m³/s até a derivação do Trecho III, e a partir daí, uma vazão de 20 m³/s até o Açude de Angicos. Situação: Fase de Execução.	A captação de águas terá início no reservatório de Mangueira (PE), passando pelo reservatório Parnamirim (PE), onde há uma derivação para o Açude Chapéu (PE), e terminará no reservatório Entremontes (PE). O Trecho VI possui 103 km de extensão e seu funcionamento se dará por uma estação de bombeamento que elevará as águas em 10 metros, onde a adução se dará por gravidade, em um desnível de 26 metros. Após implementação, permitirá uma adução máxima de 25 m³/s. Situação: Aguardando Licitação.

II.II - Eixo Leste

7.15. O Eixo Leste é formado pelo Trecho V. A captação de águas se dá no Município de Floresta (PE), as margens do reservatório UHE Itaparica, por uma vazão firme outorgada, a qualquer tempo, de 10,0 m³/s.

7.16. Este Eixo tem extensão de 217 km cortando o leste do Estado de Pernambuco, passando pelas bacias do Pajeú, até chegar no rio Paraíba, no município de Monteiro (PB). Sua capacidade total de armazenamento nos reservatórios é de 55 milhões de m³ e, atualmente, possui um volume armazenado de 46,7 milhões de m³.

7.17. O Trecho V contém seis estações de bombeamentos (EBVs-1 à 6). As EB's em conjunto elevam as águas em 298 metros e possuem o potencial máximo previsto para aduzir 28 m³/s até a EBV-4. Após esta elevatória existe uma derivação para a barragem de Copiti, a partir deste ponto a vazão máxima de bombeamento do Trecho passa a ser de 18 m³/s. Para a primeira fase de operação, o bombeamento total está reduzido a 50% de sua capacidade máxima.

7.18. Para acompanhar o avanço físico da infraestrutura do Eixo Leste, o Trecho V é dividido nas Metas 1L, 2L e 3L. A Tabela 2 dispõe dos avanços das metas de execução física do Eixo Leste:

Tabela 3: Metas de Execuções Físicas do Eixo Leste - 97,13%		
Trecho V		
Meta 1L - 99,09%	Meta 2L - 96,63%	Meta 3L - 98,22%
A captação de águas se dá no Reservatório de Itaparica até o Reservatório Areias, ambos no município de Floresta (PE). A Meta 1L possui 16 km de extensão. Situação: Operacional.	A captação de águas se dá no Reservatório Areias até o Reservatório Barro Branco, no município de Sertânia (PE). A Meta 2L possui 167 km de extensão. Situação: Operacional.	A captação de águas se dá entre o Reservatório Barro Branco e o Reservatório Poções, no município de Monteiro (PB). A Meta 3L possui 34 km de extensão. Situação: Operacional.

7.19. As obras do Eixo Leste estão praticamente concluídas, e em condições de aduzir as águas previstas para este Eixo.

II.II.I - Ramal Associado ao Eixo Leste

7.20. Anexo ao Eixo Leste, existe um Ramal Associado:

Tabela 4: Ramais Associados ao Eixo Leste
Ramal do Agreste (Trecho VII)
A captação de águas acontece no reservatório Barro Branco (PE), passando próximo às cidades de Sertânia e Arcoverde, e termina no reservatório Ipojuca (PE). O Trecho VII possui 71 km de extensão, onde uma estação de bombeamento eleva as águas em 213 metros e, a partir desse ponto, o escoamento se dá por gravidade. Sua implementação permite uma adução máxima de 8 m³/s. Situação: Operacional.

III - Execução financeira

7.21. A União investiu, até o momento, aproximadamente **R\$ 14,5 bilhões** nas obras dos Eixos Principais, Ramais Associados e pré-operação do empreendimento.

Tabela 5: Custo do Empreendimento 2008-2022. Valores em Reais (R\$)		
Eixo/Ramal		Valores Pagos Acumulados
Eixos Principais	Eixo Norte (Trechos I e II)	7.233.805.224,76
	Eixo Leste (Trecho V)	4.434.757.546,46
	Total Eixos Principais	11.668.562.771,22
Ramais Associados	Ramal do Apodi (Trecho IV)	40.241.393,60
	Ramal do Entremontes (Trecho VI)	2.103.125,00
	Ramal do Agreste (Trecho VII)	1.675.834.594,34
	Total Ramais Associados	1.718.179.112,94
Operação e Manutenção (O&M)	Eixo Norte e Eixo Leste	1.110.107.064,46
Total		14.496.848.948,62

Fonte: Tesouro Gerencial - SIAFI. Acesso em: 15 de julho de 2022.

IV - Pré-operação e Plano de Gestão Anual

7.22. Os dois eixos principais se encontram em pré-operação. O Eixo Leste desde 2017, após o Ministério da Integração Nacional (MI) disponibilizar a água aduzida pelo PISF no rio Paraíba em Monteiro (PB). Naquele momento, o Estado da Paraíba encontrava-se em um severo racionamento de água e a infraestrutura do

PISF contribuiu para o fim da escassez de recursos hídricos no Estado, beneficiando mais de 1 milhão de pessoas em Campina Grande e região. Já o Eixo Norte iniciou a pré-operação com o Trecho I em agosto de 2020, e o Trecho II em fevereiro deste ano.

7.23. No que tange à elaboração do Plano de Gestão Anual (PGA), esta foi instituída por meio do [Decreto nº 5.995/2006](#), conforme consta em seu Art. 19:

"Art. 19. O Plano de Gestão Anual será elaborado pela Operadora Federal, seguindo diretrizes do Ministério da Integração Nacional e ouvido o Conselho Gestor, e submetido àquele Ministério e à ANA, para aprovação das disposições atinentes às suas respectivas competências."

7.24. Em 2018, a ANA passou a aprovar e publicar anualmente o PGA, elaborado pela Operadora Federal (Codevasf) em conformidade com as regras de operação dos reservatórios, como consta no Art. 12 da [Resolução ANA nº 2.333/2017](#):

"Art. 12 Anualmente, a Operadora Federal elaborará o PGA do PISF, seguindo as regras de operação dos reservatórios e alocação negociada de água estabelecidas pela ANA e pelos Estados, as diretrizes do Ministério da Integração Nacional e ouvido o Conselho Gestor, o qual será submetido àquele Ministério e à ANA, para aprovação das disposições atinentes às suas respectivas competências."

7.25. O PGA vigente contém a programação de bombeamento e fornecimento de água bruta nos Pontos de Entrega, sendo sua proposta fundamentada por meio dos Planos Operativos Anuais (POAs) dos Estados Beneficiados e nas diretrizes do MDR. A Tabela 6 dispõe da repartição da vazão média anual aos Estados:

Tabela 6: Repartição da vazão média anual pelo PGA			
Resolução ANA nº	Ano do PGA	Estados	Vazão Média Anual (m³/s)
63/2018	2018	Paraíba	4,67
		Pernambuco	0,75
100/2018	2019	Ceará	12,0
		Paraíba	3,65
		Pernambuco	0,69
125/2019	2020	Ceará	2,58
		Paraíba	3,75
		Pernambuco	1,71
59/2020	2021	Ceará	5,58
		Paraíba	3,75
		Pernambuco	1,82
116/2022	2022	Ceará	4,16
		Paraíba	3,75
		Pernambuco	2,96

8. CONCLUSÃO

8.1. Não resta dúvidas sobre a importância social e econômica do empreendimento. Estas já foram demonstradas pelos estudos de viabilidade que subsidiaram a decisão pela execução do PISF. As obras já estão praticamente concluídas no que diz respeito dos seus Eixos Principais e Ramal do Agreste. Está em execução o Ramal do Apodi, em fase de contratação o Ramal do Salgado, e aguardando licitação o Ramal do Entremontes.

8.2. Já foram investidos mais de R\$ 14,5 bilhões em obras dos Eixos Principais, Ramais Associados e operação. O Eixo Leste está em pré-operação desde 2017 e o Eixo Norte desde 2020, fornecendo segurança hídrica aos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Para o Estado do Rio Grande do Norte, ainda não houve repartição de vazão média anual pelos PGAs.

8.3. Quanto a assinatura dos Contratos de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta, estes estão sendo tratados desde de 2019 no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF da Advocacia Geral da União - AGU. Vários documentos já foram elaborados e o decreto com as alterações necessárias para formalizar o MDR como Operador Federal, viabilizando a utilização do FPE como garantia ao pagamento das tarifas, está em trâmite. Estas ações dependem de atores externos e não há como precisar o tempo que será necessário para as suas conclusões. A solução via PL do Marco Hídrico depende de ações do Poder Legislativo e da formatação da solução, sendo, da mesma forma, difícil estimar um prazo para sua solução.

8.4. Foram apontadas inconformidades nas estruturas do PISF que estão sendo equacionadas mas ainda sem prazo definido para conclusão. O DPE informou que, em que pese o exposto pela CGOF, que o sistema encontra-se praticamente concluído e operacional (Eixos Principais e Ramal do Agreste). Ademais, quando forem ser implementadas as medidas necessárias a manutenção do sistema, as metodologias aplicáveis para cada intervenção devem priorizar a não interrupção da operação, em ambos os Eixos.

8.5. A Instalação, calibração e aferição de medidores de vazão está em andamento com previsão de conclusão em 2023.

8.6. Os Planos de Gestão Anual - PGA estão sendo aprovados e publicados pela ANA anualmente, desde 2018.

8.7. Como pode ser observado, existem pendências que vão de encontro ao início da operação comercial do PISF. Assim, sugerimos que seja solicitada prorrogação da condicionante III, do art. 4 da Resolução ANA nº 411/2005 por ao menos 2 anos, tempo este que se entende ser suficiente para a formalização dos contratos de fornecimento de água com os estados, para a solução dos itens apontados pela CGOF e para a instalação dos medidores.

Respeitosamente,

STANLEY RODRIGUES BASTOS

Coordenador-Geral de Contratos e Orçamento

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

De acordo. Submeto a presente Nota Técnica ao Secretário Nacional de Segurança Hídrica para conhecimento, anuência e encaminhamento à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), conforme Ofício - Minuta CEO (3931679).

OSCALMI PORTO FREITAS

Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Stanley Rodrigues Bastos, Coordenador(a) Geral Contratos e Orçamento**, em 09/09/2022, às 17:22, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Oscálmio Porto Freitas, Diretor(a) do Departamento de Projetos Estratégicos**, em 09/09/2022, às 17:51, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3931658** e o código CRC **FA1B6B4D**.

Referência: Processo nº 59000.009442/2022-88

SEI nº 3931658

Nota Técnica nº 7/2022/COOUT/SRE
Documento nº 02500.059323/2022-18
Referência: 02501.000006/2001

Ao Superintendente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos

Assunto: **Avaliação do pedido de solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento da condicionante da outorga de direito de uso de recursos hídricos do projeto de integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF**

Referência: Processo nº 02501.000006/2001

1. O Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, pela Secretaria Nacional de Segurança Hídrica – SNSH, encaminhou à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, em 14/09/2022, o Ofício nº 524/2022/SNSH-MDR (02500.048824/2022), por meio do qual solicita a ampliação do prazo de início da operação da primeira fase do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF para até 31 de dezembro de 2024.

2. Esse prazo consta do inciso III do artigo 4º da Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, que outorgou ao então Ministério da Integração Nacional – MI o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no rio São Francisco para o PISF. Esse dispositivo estabeleceu originalmente que o início da operação da primeira fase do empreendimento deveria ocorrer em até seis anos contados da data de publicação da Resolução, em consonância com o art. 5º, inciso II, da Lei Federal nº 9984/2000.

3. A solicitação de prorrogação do prazo para início da operação da primeira fase do empreendimento está embasada na mesma Lei, art. 5º, §2º, que define que os prazos determinados para início (até dois anos) e conclusão (até seis anos) do empreendimento poderão ser ampliados quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

4. Ao Ofício, foi anexada a Nota Técnica nº 15/2022/CEO/CGCO/DPE SNSH/SNSH-MDR, com as justificativas para a prorrogação.

Histórico de solicitações de prorrogação de prazos

5. Previamente à expiração do prazo estabelecido na Resolução nº 411/2005, a primeira solicitação de prorrogação de prazo, por três anos, foi apresentada em junho de 2011, com as devidas justificativas. Após oitiva do CNRH, a ANA, por meio da Resolução nº 37/2012, prorrogou o prazo para início da operação da primeira fase do empreendimento até 26 de setembro de 2014.

6. A segunda solicitação de prorrogação de prazo, por dois anos, para início da operação do empreendimento foi feita em março de 2014, com apresentação de justificativas. Posterior à oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução nº 1.202/2014, que mais uma vez alterou



o inciso III do art. 4º da Resolução nº 411/2005, prorrogando o início da operação da primeira fase do empreendimento até 26 de setembro de 2016.

7. A terceira solicitação de alteração da condicionante do inciso III do art. 4º da Resolução ANA nº 411/2005, com prorrogação de prazo por dezoito meses para início da operação do empreendimento, foi feita em 10 de maio de 2016, quando foram apresentadas as devidas justificativas. Após oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução nº 1.133/2016, prorrogando o prazo dessa condicionante até 26 de março de 2018.

8. Ressalta-se que a Resolução nº 1.133/2016, além de prorrogar o prazo da condicionante, também alterou a Resolução nº 411/2005 em outros aspectos, tais como: acrescentou a outorga de 28 barramentos e suas estruturas associadas, pertencentes aos Eixos Norte e Leste do PISF, com consequente vinculação da barragem ao empreendedor, para que a ANA pudesse fiscalizar a segurança dessas estruturas; definiu a necessidade de as retiradas de água nos portais ou pontos de entrega de água constarem no Plano de Gestão Anual e serem aprovadas pela ANA; e descreveu novos potenciais portais ou pontos de entrega de água do PISF.

9. A quarta solicitação de prorrogação de prazo foi encaminhada em 21 de dezembro de 2017, em que o MI apresentou justificativas operacionais relacionadas, principalmente, a não-conformidades para conclusão física do empreendimento no Eixo Leste. Também foram apresentadas justificativas relacionadas à gestão do PISF, incluindo a ausência de assinatura do contrato de prestação de serviço de adução de água bruta entre a Operadora Federal e as Operadoras Estaduais, visando ao início da operação comercial do PISF. Após oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução nº 301/2018, que alterou o inciso III do art. 4º da Resolução nº 411/2005, prorrogando o início da operação da primeira fase do empreendimento até 31 de dezembro de 2018.

10. A solicitação de prorrogação seguinte foi realizada em 14 de novembro de 2018, em que o MI requereu a postergação da validade da condicionante por mais um ano. Após nova oitiva do CNRH, a ANA emitiu a Resolução nº 2.122/2018, alterando mais uma vez o inciso III do art. 4º da Resolução nº 411/2005, para que a validade da condicionante passasse a ser 31 de dezembro de 2019.

11. Em 01/11/2019, por meio do Ofício nº 1803/2019/GM-MDR, o MDR solicitou que a condicionante passasse a vencer em 31 de julho de 2020. Depois de ouvido o CNRH, a ANA emitiu a Outorga nº 3.082, de 26 de dezembro de 2019, mudando o prazo conforme solicitado pelo MDR. Entretanto, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19, a ANA, por meio da Resolução nº 21, de 20 de abril de 2020, prorrogou os prazos de vencimento de todas as outorgas e de todas as condicionantes até 31 de dezembro de 2020.

12. Por fim, por meio do Ofício nº 581/2020/SNSH-MDR, o MDR solicitou novamente prorrogação da condicionante do inciso III, do art. 4º, da Resolução nº 411/2015, para até 31 de dezembro de 2022. Depois de ouvido o CNRH, a ANA emitiu a Outorga nº 2567, de 24 de dezembro de 2020, prorrogando o prazo para a data requerida, que se encontra atualmente vigente.

Andamento das obras

13. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2022/CEO/CGCO/DPE SNSH/SNSH-MDR, atualmente os Eixos Principais do PISF encontram-se com mais de 98,98% de execução física, sendo o Eixo Norte com 99,80% e o Eixo Leste com 97,13%. Estes avanços correspondem à evolução dos projetos, obras civis, instalações e montagens eletromecânicas e ações ambientais. Em relação aos Ramais Associados, o Ramal do Agreste está concluído, o Ramal do Apodi está em fase inicial das obras, o Ramal do Salgado está em fase de contratação e o Ramal do Entremontes está aguardando licitação.

Eixo Norte

14. No Eixo Norte, formado pelos Trechos I e II, a captação de águas se dá no Município de Cabrobó/PE, na calha do rio São Francisco. Este Eixo percorre 260 km, conduzindo águas aos rios Salgado e Jaguaribe/CE, Apodi/RN e o rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Sua capacidade total de armazenamento nos reservatórios é de 692 milhões de m³ e, atualmente, possui um volume armazenado de 514,9 milhões de m³.

15. O Trecho I possui 140 km de extensão e contém três estações de bombeamento (EBI-1, EBI-2 e EBI-3). As EB's em conjunto elevam as águas em 169 metros e possuem o potencial máximo previsto para aduzir até 99 m³/s. Todavia, para a primeira fase de operação, o bombeamento total está reduzido a 25% da sua capacidade máxima.

16. O Trecho II possui 120 km de extensão e seu funcionamento se dá por gravidade, em um desnível de 100 metros, com vazão máxima de até 89 m³/s.

17. Para acompanhar o avanço físico da infraestrutura do Eixo Norte, os Trechos I e II foram divididos nas Metas 1N, 2N e 3N. O Trecho I contempla a Meta 1N e o Trecho II contempla as metas 2N e 3N. A Tabela 1 dispõe dos avanços das metas de execução física do Eixo Norte.

Tabela 1: Metas de Execução Física do Eixo Norte

Trecho 1	Trecho II	
Meta 1N - 99,60%	Meta 2N - 99,99%	Meta 3N - 99,99%
A captação de águas se dá no Rio São Francisco, em Cabrobó/PE até o Reservatório Jati/CE. A Meta 1N possui 140 km de extensão. Situação: Operacional	A captação de águas se dá no Reservatório Jati/CE até a estrutura de controle do Reservatório Boi II, no município de Brejo Santo (CE). A Meta 2N possui 39km de extensão. Situação: Operacional	A captação de águas se dá no Reservatório Boi II (CE) até o Reservatório Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras/PB. A Meta 3N possui 81km de extensão. Situação: Operacional

As obras do Eixo Norte estão praticamente concluídas, e em condições de aduzir as águas previstas para este eixo.

18. Anexos ao Eixo Norte, existem planejados três Ramais Associados, conforme Tabela 2.

Tabela 2. Ramais associados ao Eixo Norte

Ramal do Salgado (Trecho III)	Ramal do Apodi (Trecho IV)	Ramal do Entremontes (Trecho VI)
<p>A captação de águas terá início no km 30 do Ramal do Apodi, localizado na encosta da Serra do Amaro/CE, e terminará no rio Salgado (CE). O Trecho III possui 35,2 km de extensão e seu funcionamento se dará por gravidade, em um desnível de 90m. Após implementação, permitirá uma adução máxima de 20m³/s.</p> <p>Situação: Fase de Contratação.</p>	<p>A captação de águas terá início no reservatório Caiçara/PB e terminará no açude de Angicos (RN). O Trecho IV possui 115,41km de extensão e seu funcionamento se dará por gravidade, em um desnível de 120metros. Após implementação, permitirá uma adução máxima de 40 m³/saté a derivação do Trecho III, e a partir daí, uma vazão de 20m³/saté o Açude de Angicos.</p> <p>Situação: Fase de Execução.</p>	<p>A captação de águas terá início no reservatório de Mangueira/PE, passando pelo reservatório Parnamirim/PE, onde há uma derivação para o Açude Chapéu/PE, e terminará no reservatório Entremontes/PE. O Trecho VI possui 103km de extensão e seu funcionamento se dará por uma estação de bombeamento que elevará as águas em 10m, onde a adução se dará por gravidade, em um desnível de 26m. Após implementação, permitirá uma adução máxima de 25m³/s.</p> <p>Situação: Aguardando Licitação.</p>

Eixo Leste

19. O Eixo Leste é formado pelo Trecho V. A captação de águas se dá no Município de Floresta/PE, às margens do reservatório UHE Itaparica. Este Eixo tem extensão de 217 km, cortando o leste do Estado de Pernambuco, passando pelas bacias do Pajeú, até chegar no rio Paraíba, no município de Monteiro/PB. Sua capacidade total de armazenamento nos reservatórios é de 55 milhões de m³ e, atualmente, possui um volume armazenado de 46,7 milhões de m³.

20. O Trecho V contém seis estações de bombeamentos (EBVs-1 a 6). As EB's em conjunto elevam as águas em 298m e possuem o potencial máximo previsto para aduzir 28m³/s até a EBV-4. Após esta elevatória, existe uma derivação para a barragem de Copiti, a partir deste ponto a vazão máxima de bombeamento do Trecho passa a ser de 8m³/s. Para a primeira fase de operação, o bombeamento total está reduzido a 50% de sua capacidade máxima.

21. Para acompanhar o avanço físico da infraestrutura do Eixo Leste, o Trecho V é dividido nas Metas 1L, 2L e 3L. A Tabela 3 dispõe dos avanços das metas de execução física do Eixo Leste.

Tabela 3 – Metas de Execução Física do Eixo Leste

Trecho V		
Meta 1L - 99,09%	Meta 2L - 96,63%	Meta 3L - 98,22%
A captação de águas se dá no Reservatório de Itaparica até o Reservatório Areias, ambos no município de Floresta/PE. A Meta 1L possui 16km de extensão. Situação: Operacional.	A captação de águas se dá no Reservatório Areias até o Reservatório Barro Branco, no município de Sertânia/PE. A Meta 2L possui 167 km de extensão. Situação: Operacional.	A captação de águas se dá entre o Reservatório Barro Branco e o Reservatório Poções, no município de Monteiro/PB. A Meta 3L possui 34 km de extensão. Situação: Operacional.

22. As obras do Eixo Leste estão praticamente concluídas, e em condições de aduzir as águas previstas para este Eixo.

23. Anexo ao Eixo Leste, existe um Ramal Associado, como disposto na Tabela 4.

Tabela 4: Ramal Associado ao Eixo Leste

Ramal do Agreste (Trecho VII)
<i>A captação de águas acontece no reservatório Barro Branco/PE, passando próximo às cidades de Sertânia e Arcoverde, e termina no reservatório Ipojuca/PE. O Trecho VII possui 71km de extensão, onde uma estação de bombeamento eleva as águas em 213m e, a partir desse ponto, o escoamento se dá por gravidade. Sua implementação permite uma adução máxima de 8 m³/s.</i> <i>Situação: Operacional.</i>

24. Finalmente, por meio da Nota Técnica nº 13/2022/ASS CGOF/DPE SNSH/SNSH-MDR, a Coordenação-Geral de Obras e Fiscalização (CGOF) atualizou as informações referentes a estruturas do PISF que se encontram com pendências. Além das enumeradas no último pedido de prorrogação, Barragem Cacimba Nova e Reservatório Jati, foram citados: Dique Negreiros; Forebay de Jusante da EBV-II; válvulas dispersoras do reservatório Atalho; válvulas EBI's 2 e 3; manutenção dos motores das estações de bombeamento (EBV's 1 a 6) e EBI-1; Galeria Monteiro (WBS 2227), além de outras ações com encaminhamentos para devidas soluções.

25. Desta forma, em que pese as obras estarem praticamente concluídas, as estruturas dos dois eixos principais ainda se encontram em pré-operação e apresentam inconformidades, que estão sendo equacionadas, mas ainda sem prazo definido para conclusão. O Eixo Leste está em pré-operação desde 2017, após o Ministério da Integração Nacional (MI) disponibilizar a água aduzida pelo PISF no rio Paraíba em Monteiro/PB. Naquele momento, o Estado da Paraíba encontrava-se em um severo racionamento de água e a infraestrutura do PISF

contribuiu para o fim da escassez de recursos hídricos no Estado, beneficiando mais de 1 milhão de pessoas em Campina Grande e região. Já o Eixo Norte iniciou a pré-operação com o Trecho I em agosto de 2020, e o Trecho II em fevereiro deste ano.

Requisitos para início da operação na Resolução ANA nº 2.333/2017

26. Cabe destacar que a caracterização do início da operação a que se refere o inciso III do art. 4º da Resolução n. 411/2005 foi estabelecido formalmente pelo artigo 8º da Resolução ANA n. 2.333, de 17 dezembro de 2017, nos seguintes termos:

Art. 8º A Operadora Federal iniciará a operação comercial com cobrança de tarifas após assinatura do contrato entre a Operadora Federal e a Operadora Estadual, aprovação do PGA pela ANA, assinatura e publicação do primeiro PGA, e comprovação da instalação, calibração e testes dos equipamentos de medição de vazões situados nas estações de bombeamento e nos Pontos de Entrega ativos no trecho que entrará em operação comercial.

Assinatura do contrato de prestação de serviço de adução de água bruta do PISF entre a Operadora Federal e a Operadora Estadual

27. Conforme informado pelo MDR na Nota Técnica nº 15/2022/CEO/CGCO/DPE SNSH/SNSH-MDR, quando da aprovação, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), do aproveitamento hídrico do PISF, a União e os Estados beneficiados firmaram um pacto, por meio de um Termo de Compromisso, para garantir que cada um faria sua parte para que o empreendimento tivesse sucesso e fosse sustentável.

28. Durante os anos seguintes, União e Estados Beneficiados debateram e negociaram a fim de modelar a forma como este Compromisso seria efetivado, tendo como sua questão fundamental a tarifa que seria cobrada dos Estados pelo fornecimento de água bruta oriunda do PISF. Se por um lado a União precisava deste contrato para iniciar a operação comercial do PISF e obter os recursos necessários à operação e manutenção do sistema, por outro os Estados alegavam que a estrutura necessária ao aproveitamento das águas não estava concluída, tanto nos Eixos principais e Ramais do PISF, quanto nos Estados (obras complementares a serem executadas pelos Estados com recursos do orçamento federal).

29. A partir de 2019, as negociações para assinatura dos contratos de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF vêm sendo conduzidas pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF da Advocacia Geral da União – AGU. Durante este tempo foram promovidas, com os quatro Estados Beneficiados pelo PISF e com diversos órgãos da União, várias reuniões e consultas. Após um processo intenso de negociações, em 29 de abril de 2021, foi firmado entre o MDR e os Estados Beneficiados um Termo de Pré-Acordo por meio do qual foram assumidas responsabilidades e elencadas condições para a assinatura do futuro contrato.

30. Após a assinatura do Termo de Pré-Acordo, as tratativas para firmar os Contratos de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta, bem como os Termos de Conciliação, focaram-se nos mecanismos de garantias associadas ao pagamento das tarifas de prestação do serviço. Como resultado do definido no Pré-Acordo, optou-se por estabelecer a retenção do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

31. Em paralelo ao equacionamento da questão das garantias, as negociações com os estados avançaram para a fase de elaboração das minutas dos contratos e seus anexos. Em especial com relação ao estado de Pernambuco, teve-se um avanço significativo até fevereiro de 2022. Porém, este estado tem condicionado a assinatura do Contrato à disponibilização dos recursos necessários à conclusão da Adutora do Agreste, conforme sinalizado no item 4) do Pré-Acordo. Ocorre que os valores necessários à conclusão deste empreendimento, propostos pelo MDR para constar na LOA, sofreram corte e não foram atendidos os pedidos de suplementação.

32. Com a proximidade do início de novos governos, tanto em âmbito federal como estadual, o MDR acredita que será necessário retomar as negociações com a recapitulação de todos os passos que foram dados até o momento e somente após será possível retomar objetivamente as discussões.

33. Outra tentativa de possibilitar o início da operação comercial, segundo o MDR, seria estabelecer em lei uma tarifa por serviços hídricos associada à prestação de serviços de infraestrutura hídrica. Neste sentido, o Governo Federal apresentou no final de 2021 o PL nº 4546/2021 (Marco Hídrico), que propõe mecanismos que auxiliam na instituição desta cobrança e, por consequência, na possibilidade do início da operação comercial. Hoje este PL encontra-se nos trâmites regimentais do Congresso Nacional, conforme consta no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados.

34. Portanto, ainda não ocorreu a assinatura do contrato entre a Operadora Federal e a Operadora Estadual.

Aprovação do PGA pela ANA

35. No que tange à elaboração do Plano de Gestão Anual (PGA), este foi instituído por meio do Decreto nº 5.995/2006, conforme consta em seu Art. 19: "O Plano de Gestão Anual será elaborado pela Operadora Federal, seguindo diretrizes do Ministério da Integração Nacional e ouvido o Conselho Gestor, e submetido àquele Ministério e à ANA, para aprovação das disposições atinentes às suas respectivas competências".

36. Em 2018, a ANA passou a aprovar e publicar anualmente o PGA, elaborado pela Operadora Federal (CODEVASF) em conformidade com as regras de operação dos reservatórios, como consta no Art. 12 da Resolução ANA nº 2.333/2017: "Anualmente, a Operadora Federal elaborará o PGA do PISF, seguindo as regras de operação dos reservatórios e alocação negociada de água estabelecidas pela ANA e pelos Estados, as diretrizes do Ministério da Integração Nacional e ouvido o Conselho Gestor, o qual será submetido àquele Ministério e à ANA, para aprovação das disposições atinentes às suas respectivas competências".

37. O PGA vigente foi aprovado pela **Resolução ANA n. 116**, de 10 de fevereiro de 2022, e contém a **programação** de bombeamento e fornecimento de **água** bruta nos Pontos de Entrega para 2022, sendo sua proposta fundamentada por meio dos Planos Operativos Anuais (POAs) dos Estados Beneficiados e nas diretrizes do MDR.

Comprovação da instalação, calibração e testes dos equipamentos de medição de vazões

38. Em 14/04/2022, foi encaminhada à ANA a Nota Técnica nº 11/2022/DPE/SNSH-MDR (Ofício nº 188/2022/SNSH-MDR), com o intuito de apresentar uma proposta de atendimento transitório à **Resolução nº 2.333/2017** sobre as **medições das vazões** entregues pelo PISF aos estados beneficiados de acordo com o PGA e verificar as **condições** de atendimento ao Artigo 8º da **Resolução 2.333/2017**, de modo a viabilizar o início da operação comercial do PISF.

39. O MDR informou também que os equipamentos instalados nas estações de bombeamento do Eixo Leste foram calibrados recentemente pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT e os serviços para o Eixo Norte estavam previstos para se iniciarem em agosto de 2022.

40. Em relação aos medidores instalados nos Pontos de Entrega, tanto do Eixo Norte quanto do Eixo Leste, a **instalação, calibração e testes** estão previstos para serem concluídos no início de 2023.

41. A proposta encaminhada foi avaliada pela Nota Técnica Conjunta n. 1/2022/CFISP/SFI/SRE, de 01/07/2022, que concluiu que é possível considerar atendido o Artigo 8º da **Resolução nº 2.333/2017** para os pontos de entrega Reservatório de Jati-CE, Galeria Monteiro-PB, Adutora Pajeú-PE e Reservatório Moxotó e que, à medida que os equipamentos forem sendo instalados e calibrados, o Artigo 8º da **Resolução nº 2.333/2017** poderá ser considerado atendido para outros pontos de entrega, após avaliação da ANA

Conclusão

42. Diante do exposto, considerando que as estruturas dos dois eixos principais ainda se encontram em **pré-operação** e apresentam inconformidades, que **estão** sendo equacionadas, mas ainda sem prazo definido para **conclusão**, que ainda não ocorreu a assinatura do contrato de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF entre a Operadora Federal e a Operadora Estadual, e que o porte e a importância social e econômica do empreendimento foram verificadas na Nota Técnica n. 653/2014/GEOUT/SRE-ANA (Documento n. 00000.014193/2014), esta área técnica é favorável a acatar o pedido de **prorrogação** do prazo para início da operação comercial do PISF para 31/12/2024.

43. Assim, recomenda-se que o pedido do MDR e esta Nota Técnica sejam encaminhados ao CNRH solicitando, por meio de **Ofício**, a oitiva do referido Conselho acerca do pedido de **prorrogação** do prazo de entrada em **operação** do PISF, em cumprimento ao §2º do art. 5º da Lei 9.984/2000, em sua próxima reunião plenária.

44. Por fim, encaminhe-se, em anexo, a minuta de Outorga que altera a Resolução ANA nº 411/2005, e Ofício a ser enviado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
PRISCYLA CONTI DE MESQUITA
Coordenadora de Outorga

De acordo. Encaminhe-se à Diretora Presidente.

(assinado eletronicamente)
MARCO NEVES
Superintendente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

Ofício nº 524/2022/SNSH-MDR

Brasília, data da assinatura eletrônica..

À Senhora
VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS
Diretora-Presidente
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
Setor Policial (SPO), Área 5, Quadra 3, Bloco M
70610-200 – Brasília-DF

Assunto: Ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Referência: Em caso de reposta a este Ofício, indicar expressamente o processo n.º 59000.009442/2022-88.

Senhora Diretora-Presidente,

1. Cumprimento-a cordialmente, refiro-me à solicitação de ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), disciplinado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, em sua condicionante III do art. 4º.
2. Tendo em vista as diretrizes adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional de pautar sua ação em uma racionalidade mais prudente com o objetivo de seguir boas práticas para a segurança de suas infraestruturas e tratar adequadamente os riscos, principalmente, de cumprimento de cronogramas, solicito a alteração da condicionante III do art. 4º, da Resolução ANA nº 411/2005, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF para até 31 de dezembro de 2024, conforme explanação da Nota Técnica nº

Atenciosamente,

[assinado eletronicamente]
SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA
Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Anexo: Nota Técnica nº 15/2022/CEO/CGCO/DPE SNSH/SNSH-MDR
(3931658).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Soares de Souza Costa, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 13/09/2022, às 12:35, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3932254** e o código CRC **C62F0071**.

Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 900 - Brasília/DF - Telefone: (61) 2034-5828 - CEP 70067-901 <http://www.mdr.gov.br>



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Projetos Estratégicos
Coordenação-Geral de Contratos e Orçamento
Coordenação de Estruturação da Operação

Nota Técnica nº 15/2022/CEO/CGCO/DPE SNSH/SNSH-MDR

Processo nº 59000.009442/2022-88

Ao Departamento de Projetos Estratégicos (DPE/SNSH)

Assunto: Ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

1. OBJETIVO

1.1. Por solicitação do Departamento de Projetos Estratégicos (DPE), elaborou-se a presente Nota Técnica com o objetivo de subsidiar o pedido de ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, disciplinado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, na [Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005](#), em sua condicionante III do art. 4º.

1.2. Conforme última alteração realizada por meio da [Outorga ANA nº 2567, de 24 de dezembro de 2020](#), a cláusula supra indicada deve ser cumprida até o dia 31 de Dezembro deste ano. Caso isto não ocorra, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) estará exposto a possível suspensão da outorga, de forma parcial ou total, e em caráter definitivo ou por tempo determinado.

2. OUTORGA DO PISF

2.1. A [Resolução ANA nº 411](#), de 22 de setembro de 2005, outorga ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR o direito de uso de recursos hídricos do Rio São Francisco, por vinte anos, para a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, nas seguintes condições conforme o art. 1º:

"Art. 1º Outorgar ao Ministério do Desenvolvimento Regional o direito de uso de recursos hídricos do Rio São Francisco, para a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, nas seguintes condições: (Nova redação dada pela Outorga n.º 3082, de 26 de dezembro de 2019)

I - coordenadas geográficas do ponto de captação do eixo norte: 8º 32'43,32" de latitude sul e 39º 27'19,86" de longitude oeste;

II - coordenadas geográficas do ponto de captação do eixo leste: 8º 48'34,72" de latitude sul e 38º 24'23,62" de longitude oeste;

III - vazão firme disponível para bombeamento, nos dois eixos, a qualquer tempo, de 26,4 m³/s, correspondente à demanda projetada para o ano de 2025 para o consumo humano e dessedentação animal na região; e

IV - excepcionalmente, será permitida a captação da vazão máxima diária de 114,3 m³/s e instantânea de 127 m³/s, quando o nível de água do reservatório de Sobradinho estiver acima do menor valor entre:

a) nível correspondente ao armazenamento de 94% do volume útil; e

b) nível correspondente ao volume de espera para controle de cheias."

2.2. O art. 4º desta Resolução estabelece que a outorga poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, pelos motivos que expõe.

"Art. 4º Esta outorga poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, no caso de incidência nos arts. 15 e 49 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997 ou por descumprimento das seguintes condicionantes:

I - Instituição, de acordo com o Termo de Compromisso assinado pelo Governo Federal e Estados receptores, do Sistema de Gestão do Projeto de Integração de Bacias, até 31 de dezembro de 2006;

II - Início da implantação física do empreendimento em até dois anos, contados da data de publicação desta Resolução;

III - Início da operação da primeira fase do empreendimento em até seis anos, contados da data de publicação desta Resolução; e

IV - Implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento." (grifo nosso)

2.3. A [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), dispõe sobre a criação da ANA, em seu art. 5º, indica os prazos para início e término da implantação de um empreendimento outorgado, bem como, no § 2º do mesmo artigo, autoriza a ANA ampliar estes prazos desde que cumpridos determinados requisitos.

"Art. 5º Nas outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, serão respeitados os seguintes limites de prazos, contados da data de publicação dos respectivos atos administrativos de autorização:

I - até dois anos, para início da implantação do empreendimento objeto da outorga;

II - até seis anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado;

III - até trinta e cinco anos, para vigência da outorga de direito de uso.

§ 1º Os prazos de vigência das outorgas de direito de uso de recursos hídricos serão fixados em função da natureza e do porte do empreendimento, levando-se em consideração, quando for o caso, o período de retorno do investimento.

§ 2º Os prazos a que se referem os incisos I e II poderão ser ampliados, quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 3º O prazo de que trata o inciso III poderá ser prorrogado, pela ANA, respeitando-se as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos.

§ 4º As outorgas de direito de uso de recursos hídricos para concessionárias e autorizadas de serviços públicos e de geração de energia hidrelétrica vigorarão por prazos coincidentes com os dos correspondentes contratos de concessão ou atos administrativos de autorização.” (grifo nosso)

2.4. O prazo inicialmente estabelecido para atendimento da condicionante III, do art. 4º da Resolução ANA nº 411 foi até 26 de setembro de 2011, tendo sido este prorrogado na seguinte sequência:

- I - por meio da [Resolução ANA nº 37, de 13 de fevereiro de 2012](#), foi prorrogado até 26 de setembro de 2014;
- II - por meio da [Resolução ANA nº 1.202, de 18 de agosto de 2014](#), foi prorrogado até 26 de setembro de 2016;
- III - por meio da [Resolução ANA nº 1.133, de 19 de setembro de 2016](#), foi prorrogado até 26 de março de 2018;
- IV - por meio da [Outorga ANA nº 301, de 15 de março de 2018](#), foi prorrogado até 31 de dezembro de 2018;
- V - por meio da [Outorga ANA nº 2.122, de 21 de dezembro de 2018](#), foi prorrogado até 31 de dezembro de 2019;
- VI - por meio da [Outorga ANA nº 3.082, de 26 de dezembro de 2019](#), foi prorrogado até 31 de julho de 2020;
- VII - por meio da [Resolução ANA nº 21, de 20 de abril de 2020](#), os prazos de vencimento de todas as outorgas e todas as condicionantes foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020; e
- VIII - por meio da [Outorga ANA nº 2567, de 24 de dezembro de 2020](#), foi prorrogado até 31 de dezembro de 2022.

3. HISTÓRICO DO ÚLTIMO PROCESSO DE PRORROGAÇÃO

3.1. Em 01 de outubro de 2020, o MDR solicitou à ANA, por meio do Ofício nº 581/2020/SNSH-MDR (2805463), a alteração da condicionante III do art. 4º, da Resolução ANA nº 411/2005, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF para até 31 de dezembro de 2022, conforme explanado na Nota Técnica nº 18/2020/DPE/SNSH/MDR (2803246).

3.2. O pedido de ampliação de prazo apresentado pelo MDR foi fundamentado nos seguintes itens:

- a) incerteza quanto à solução das não-conformidades do Reservatório de Cacimba Nova, no Eixo Leste;
- b) dificuldades da operação no Eixo Norte vindas do incidente no reservatório de Jati; e
- c) dificuldades na negociação entre a União e os Estados Beneficiados acerca da assinatura do Contrato de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta.

3.3. Em 16 de novembro de 2020, a ANA enviou ao MDR o Ofício nº 193/2020/AA-CD/ANA (2895145) e a Nota Técnica nº 8/2020/COOUT/SER (2895145) manifestando-se favorável à solicitação de prorrogação de prazo estipulado.

3.4. A fim de apresentar manifestação quanto a necessidade de prorrogação do prazo da condicionante da outorga, esta CGCO solicitou, por meio do Despacho CEO (3799917), que fossem apresentadas manifestações quanto aos itens que impediram o início da operação comercial dentro do prazo anteriormente determinado. Em complementação, foram ainda solicitadas informações sobre o constante no Art. 8º da [Resolução ANA nº 2.333/2017](#) que, ao nosso entendimento, também impede o início das operações, caso não seja atendido.

3.5. Para o item referente a negociação da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços de Adução de Água Bruta com os Estados Beneficiados, este item será apresentado por meio de relato desta própria CGCO.

4. PENDÊNCIAS REFERENTES A INFRAESTRUTURA DO EMPREENDIMENTO

4.1. Por meio da Nota Técnica nº 13/2022/ASS CGOF/DPE SNSH/SNSH-MDR (3815651), a Coordenação-Geral de Obras e Fiscalização (CGOF), atualizou as informações referentes a estruturas do PISF que se encontram com pendências. Além das enumeradas no último pedido de prorrogação, Barragem Cacimba Nova e Reservatório Jati, foram citados: Dique Negreiros; Forebay de Jusante da EBV-II; válvulas dispersoras do reservatório Atalho; válvulas EBI's 2 e 3; manutenção dos motores das estações de bombeamento (EBV's 1 a 6) e EBI-1; Galeria Monteiro (WBS 2227), além de outras ações com encaminhamentos para devidas soluções.

4.2. Em referência ao explanado pela Nota Técnica 13 (3815651), foi esclarecido pelo DPE, por meio da Nota Informativa 9 (3895124) que: "Com relação a Nota Técnica 13, item 3, foram apontadas pela CGOF estruturas que necessitam de reparos e manutenção. Em que pese o exposto, informa-se que os Eixo Norte e o Eixo Leste do PISF, assim como o Ramal do Agreste, encontram-se em condições operacionais. Ademais, quando forem ser implementadas as medidas necessárias à manutenção do sistema, as metodologias aplicáveis para cada intervenção devem priorizar a não interrupção da operação, em ambos os

5. ASSINATURA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO PISF E INÍCIO DA COBRANÇA DE TARIFAS

5.1. A necessidade de assinatura de um contrato com os Estados Beneficiados para o fornecimento das águas do PISF e a consequente cobrança por este serviço remete ao ano de 2005, quando, por meio da [Resolução nº 47, de 17 de janeiro de 2005](#), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) aprovou o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), todavia, condicionando a validade desta aprovação à obtenção e cumprimento, pelo empreendedor, da licença ambiental e da outorga, além de outros documentos que fossem exigidos por lei.

5.2. Assim, no ano de 2005, para conseguir as autorizações necessárias à implantação do PISF, o Ministério da Integração Nacional (MI) precisou comprovar a viabilidade técnico-econômica, financeira, institucional e ambiental do Projeto. Foi preciso então que os envolvidos, União e Estados Beneficiados, fizessem um pacto por meio de um [Termo de Compromisso](#), que desse a garantia de que cada um faria sua parte para que o empreendimento tivesse sucesso e fosse sustentável.

5.3. Por meio deste documento ficou acordado, entre outras coisas, que a União implantaria as infraestruturas dos Eixos Principais e Ramais Associados a "fundo perdido". Como contrapartida os Estados Beneficiados assumiram a responsabilidade integral sobre os custos de operação e manutenção do sistema, garantindo que haveria o fluxo de recursos suficientes para garantir a continuidade da qualidade das infraestruturas e, portanto, da entrega do serviço à população.

5.4. Durante os anos seguintes, União e Estados Beneficiados debateram e negociaram a fim e modelar a forma como este Compromisso seria efetivado, tendo como sua questão fundamental a tarifa que seria cobrada dos Estados pelo fornecimento de água bruta oriunda do PISF. Se por um lado a União precisava deste contrato para iniciar a operação comercial do PISF e obter os recursos necessários à operação e manutenção do sistema, por outro os Estados alegavam que a estrutura necessária ao aproveitamento das águas não estava concluída, tanto nos Eixos principais e Ramais do PISF, quanto nos Estados (obras complementares que são executadas pelos Estados com recursos do orçamento federal).

5.5. A partir de 2019, as negociações para assinatura dos contratos de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF vem sendo conduzidas pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF da Advocacia Geral da União - AGU. Durante este tempo foram promovidas, com os quatro Estados Beneficiados pelo PISF e com diversos órgãos da União, várias reuniões e consultas. Após um processo intenso de negociações, em 29 de abril de 2021, foi firmado entre o MDR e os Estados Beneficiados um Termo de Pré-Acordo por meio do qual foram assumidas responsabilidades e elencadas condições para a assinatura do futuro contrato.

5.6. Após a assinatura do Termo de Pré-Acordo, as tratativas para firmar os Contratos de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta, bem como os Termos de Conciliação, focaram-se nos mecanismos de garantias associadas ao pagamento das tarifas de prestação do serviço. Como resultado do acordado no Pré-Acordo, optou-se por estabelecer a retenção do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

5.7. A retenção de recursos dos repasses do FPE, visando sua utilização como garantia ou contragarantia, é de exclusividade da União, conforme artigo 167, inciso IV, § 4º da Constituição Federal de 1988, exigindo assim que o débito seja contraído com a Administração Direta. Para atender a este dispositivo, bem como tratar de outros assuntos, o Decreto nº 5.995/2006, que institui o Sistema de Gestão do PISF, encontra-se em alteração a fim de definir o Ministério do Desenvolvimento Regional como Operadora Federal do PISF.

"Art. 167. São vedados
(...)

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

(...)

§ 4º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d" e "e" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia."

5.8. Em paralelo ao equacionamento da questão das garantias, as negociações com os estados avançaram para a fase de elaboração das minutas dos contratos e seus anexos. Em especial com relação ao estado de Pernambuco, teve-se um avanço significativo até fevereiro de 2022. Porém, este estado tem condicionado a assinatura do Contrato à disponibilização dos recursos necessários à conclusão da Adutora do Agreste, conforme sinalizado no item 4) do Pré-Acordo. Ocorre que os valores necessários a conclusão deste empreendimento, propostos pelo MDR para constar na LOA, sofreu corte e não foram atendidos os pedidos de suplementação feitos pelo MDR.

5.9. Como estamos próximos ao início de novos governos, tanto em âmbito federal como estadual, acreditamos que será necessário retomar as negociações com a recapitulação de todos os passos que foram dados até o momento e somente após termos a retomada objetiva das discussões. Este assunto foge a seara técnica e é de difícil mensuração quanto ao tempo que demandará para sua

5.10. Outra opção para que se possa dar início a operação comercial seria estabelecer em lei uma tarifa por serviços hídricos associada a prestação de serviços de infraestrutura hídrica. Neste sentido, o Governo Federal apresentou no final de 2021 um o [PL nº 4546/2021](#) (Marco Hídrico) que apresenta mecanismos que auxiliam a instituição desta cobrança e, por consequência, na possibilidade do início da operação comercial. Hoje este PL encontra-se nos trâmites regimentais do Congresso Nacional, conforme consta no [sítio eletrônico da Câmara dos Deputados](#). Por depender de agentes externos à governança do poder executivo, a mensuração de um prazo para efetivar esta opção também não é simples.

6.1. De acordo com [Resolução ANA nº 2.333/2017](#), alterada pela Resolução nº 74, de 25 de setembro de 2019, dispõe em seu art. 8º as condições para início da operação comercial, onde lê-se o seguinte:

6.2. Com relação a assinatura do Contrato de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta do PISF e início da cobrança de tarifas, o tópico anterior já se manifestou a respeito do assunto.

1. Em atendimento ao Despacho DPE SNSH (SEI 3803463), que solicita que seja atendido o Despacho CEO (SEI 3799917), esta Comissão esclarece que, em relação ao parágrafo 3º do referido despacho, os PGAs estão sendo elaborados, aprovados e publicados pela ANA anualmente, desde 2019.

3. Cabe também informar que os equipamentos instalados nas estações de bombeamento do Eixo Leste foram calibrados recentemente pelo IPT e os serviços para o Eixo Norte estão previstos para se iniciarem em agosto de 2022.

6.4. Com relação a este item foi complementado pelo DPE, Nota Informativa 9 (3895124): *"já com relação ao Despacho CGPS, informo que a ação junto a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) não surtiu os resultados esperados. Todavia, a atual inexistência dos medidores não prejudica a operação do sistema, tão somente a verificação precisa dos volumes de água aduzidos. Por fim, espera-se que os medidores estejam instalados até o final de 2023"*.

I - Dados Gerais

7.2. O PISF é o maior projeto de infraestrutura hídrica do país, sendo formado por 2 Eixos Principais: Eixo Norte (Trecho I e II) e Eixo Leste (Trecho V); além de quatro Ramais Associados: Ramal do Salgado (Trecho III), Ramal do Apodi (Trecho IV), Ramal do Entremontes (Trecho VI) e Ramal do Agreste (Trecho VII). Somente os Eixos Principais somam 477 km, Eixo Norte (260 km) e Eixo Leste (217 km), que se estendem pelos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

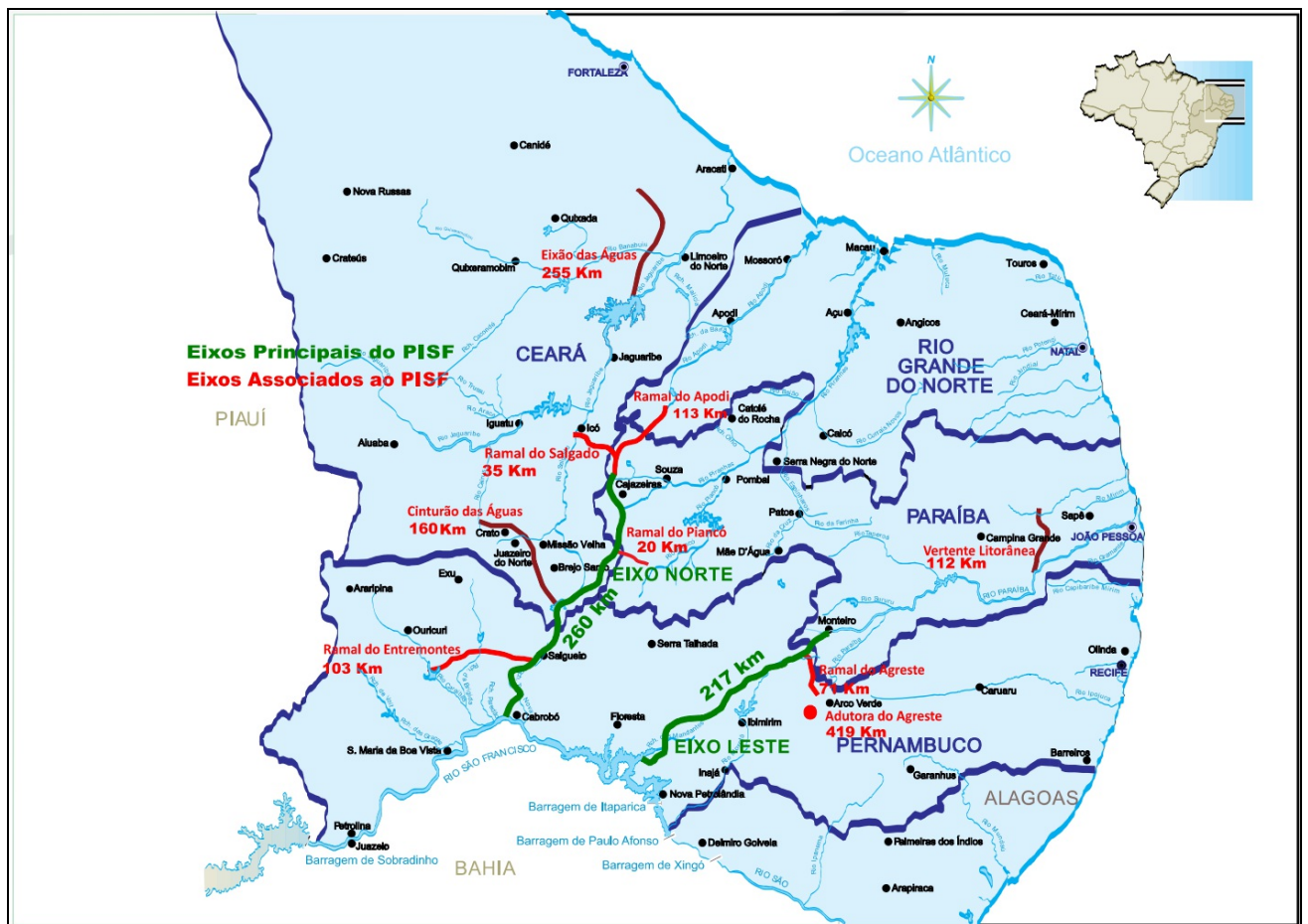


Figura 1: Mapa de Localização do PISF e Ramais Associados. Fonte: Sumário Executivo do PISF.

7.3. O empreendimento visa garantir a segurança hídrica de mais de 12 milhões de habitantes de 414 municípios localizados na Região do Nordeste Setentrional, promovendo a otimização do uso e o gerenciamento dos recursos hídricos. A região beneficiada engloba territórios economicamente importantes como as Regiões Metropolitanas do Cariri e de Fortaleza no Ceará, de Campina Grande e de João Pessoa, na Paraíba, do Agreste em Pernambuco e de Mossoró no Rio Grande do Norte, além de importantes polos de irrigação e aquicultura, principalmente nas bacias dos rios Piancó-Piranhas-Açu e Jaguaribe, como também áreas do interior do Nordeste com potencial econômico e relevantes para uma política de desenvolvimento regional.

7.4. A função social é uma diretriz referencial do PISF, contemplando em sua dimensão assegurar a oferta adequada de água de boa qualidade, e com garantia, para a população e setores de atividades econômicas. O aumento da sustentabilidade hídrica reflete na redução dos efeitos das secas em extensas porções territoriais do semi-árido setentrional, que sofre com escassez e irregularidades de chuvas, refletindo no aumento da garantia do fornecimento de água para uso múltiplo rural e urbano. Este efeito social desencadeia o crescimento econômico em cadeias produtivas variadas na indústria, turismo e irrigação.

7.5. A implantação de uma obra de infraestrutura da magnitude do PISF requer uma atenção especial no que se refere ao impacto ambiental e social da população local. Tendo isso em vista, o Plano Básico Ambiental (PBA), elaborado a partir das recomendações propostas dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), promove 38 Programas Ambientais que visam dotar o empreendimento de mecanismos eficientes que garantam a execução de todas as ações planejadas para controlar, minimizar, monitorar e compensar os impactos socioambientais gerados, de forma a manter um elevado padrão de qualidade ambiental na implantação e operação. O PISF destina mais de R\$ 1,6 bilhão do seu orçamento para os PBA's, representando 14% total do investimento. Atualmente, os Programas Ambientais apresentam um avanço de 92,58% de execução física em ambos os Eixos.

7.6. O viés econômico do Projeto procura mitigar os riscos que limitam desenvolver economicamente a região semi-árida do Nordeste, implicando em melhorias que auxiliam no aumento da qualidade de vida da população. Os benefícios do Projeto se dão na redução de gastos públicos emergenciais durante períodos de secas, melhorias nas condições de saúde pública, empregabilidade e renda do produtor urbano na indústria e turismo, e na possibilidade do produtor rural implementar processos de irrigação na sua lavoura.

II - Evolução das Obras

7.7. Atualmente os Eixos Principais do PISF encontram-se com mais de **98,98% de execução física**, sendo o **Eixo Norte com 99,80%** e o **Eixo Leste com 97,13%**. Estes avanços correspondem à evolução dos projetos, obras civis,

instalações e montagens eletromecânicas, e ações ambientais. Em relação aos Ramais Associados, o Ramal do Agreste está concluído, o Ramal do Apodi está em fase inicial de obras, o Ramal do Salgado está em fase de contratação, e o Ramal do Entremontes está aguardando licitação.

II.I - Eixo Norte

7.8. O Eixo Norte é formado pelos Trechos I e II. A captação de águas se dá no Município de Cabrobó (PE), na calha do rio São Francisco, por uma vazão firme outorgada, a qualquer tempo, de 16,4 m³/s.

7.9. Este Eixo percorre 260 km, conduzindo águas aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará, rio Apodi, no Rio Grande do Norte e o rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Sua capacidade total de armazenamento nos reservatórios é de 692 milhões de m³ e, atualmente, possui um volume armazenado de 514,9 milhões de m³.

7.10. O Trecho I possui 140 km de extensão e contém três estações de bombeamento (EBI-1, EBI-2 e EBI-3). As EB's em conjunto elevam as águas em 169 metros e possuem o potencial máximo previsto para aduzir até 99 m³/s. Todavia, para a primeira fase de operação, o bombeamento total está reduzido a 25% da sua capacidade máxima.

7.11. O Trecho II possui 120 km de extensão e seu funcionamento se dá por gravidade, em um desnível de 100 metros, com vazão máxima de até 89 m³/s.

7.12. Para acompanhar o avanço físico da infraestrutura do Eixo Norte, os Trechos I e II foram divididos nas Metas 1N, 2N e 3N. O Trecho I contempla a Meta 1N e o Trecho II contempla as Metas 2N e 3N. A Tabela 1 dispõe dos avanços das metas de execução física do Eixo Norte:

Tabela 1: Metas de Execuções Físicas do Eixo Norte - 99,80%		
Trecho I	Trecho II	
Meta 1N - 99,60%	Meta 2N - 99,99%	Meta 3N - 99,99%
A captação de águas se dá no Rio São Francisco, em Cabrobó (PE) até o Reservatório Jati (CE). A Meta 1N possui 140 km de extensão. Situação: Operacional	A captação de águas se dá no Reservatório Jati (CE) até a estrutura de controle do Reservatório Boi II, no município de Brejo Santo (CE). A Meta 2N possui 39 km de extensão. Situação: Operacional	A captação de águas se dá no Reservatório Boi II (CE) até o Reservatório Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras (PB). A Meta 3N possui 81 km de extensão. Situação: Operacional

7.13. As obras do Eixo Norte estão praticamente concluídas, e em condições de aduzir as águas previstas para este Eixo.

II.I.I - Ramais Associados ao Eixo Norte

7.14. Anexo ao Eixo Norte, existem planejados três Ramais Associados:

Tabela 2: Ramais Associados ao Eixo Norte		
Ramal do Salgado (Trecho III)	Ramal do Apodi (Trecho IV)	Ramal do Entremontes (Trecho VI)
A captação de águas terá início no km 30 do Ramal do Apodi, localizado na encosta da Serra do Amaro (CE), e terminará no rio Salgado (CE). O Trecho III possui 35,2 km de extensão e seu funcionamento se dará por gravidade, em um desnível de 90 metros. Após implementação, permitirá uma adução máxima de 20 m³/s. Situação: Fase de Contratação.	A captação de águas terá início no reservatório Caiçara (PB) e terminará no açude de Angicos (RN). O Trecho IV possui 115,41 km de extensão e seu funcionamento se dará por gravidade, em um desnível de 120 metros. Após implementação, permitirá uma adução máxima de 40 m³/s até a derivação do Trecho III, e a partir daí, uma vazão de 20 m³/s até o Açude de Angicos. Situação: Fase de Execução.	A captação de águas terá início no reservatório de Mangueira (PE), passando pelo reservatório Parnamirim (PE), onde há uma derivação para o Açude Chapéu (PE), e terminará no reservatório Entremontes (PE). O Trecho VI possui 103 km de extensão e seu funcionamento se dará por uma estação de bombeamento que elevará as águas em 10 metros, onde a adução se dará por gravidade, em um desnível de 26 metros. Após implementação, permitirá uma adução máxima de 25 m³/s. Situação: Aguardando Licitação.

II.II - Eixo Leste

7.15. O Eixo Leste é formado pelo Trecho V. A captação de águas se dá no Município de Floresta (PE), as margens do reservatório UHE Itaparica, por uma vazão firme outorgada, a qualquer tempo, de 10,0 m³/s.

7.16. Este Eixo tem extensão de 217 km cortando o leste do Estado de Pernambuco, passando pelas bacias do Pajeú, até chegar no rio Paraíba, no município de Monteiro (PB). Sua capacidade total de armazenamento nos reservatórios é de 55 milhões de m³ e, atualmente, possui um volume armazenado de 46,7 milhões de m³.

7.17. O Trecho V contém seis estações de bombeamentos (EBVs-1 à 6). As EB's em conjunto elevam as águas em 298 metros e possuem o potencial máximo previsto para aduzir 28 m³/s até a EBV-4. Após esta elevatória existe uma derivação para a barragem de Copiti, a partir deste ponto a vazão máxima de bombeamento do Trecho passa a ser de 18 m³/s. Para a primeira fase de operação, o bombeamento total está reduzido a 50% de sua capacidade máxima.

7.18. Para acompanhar o avanço físico da infraestrutura do Eixo Leste, o Trecho V é dividido nas Metas 1L, 2L e 3L. A Tabela 2 dispõe dos avanços das metas de execução física do Eixo Leste:

Tabela 3: Metas de Execuções Físicas do Eixo Leste - 97,13%		
Trecho V		
Meta 1L - 99,09%	Meta 2L - 96,63%	Meta 3L - 98,22%
A captação de águas se dá no Reservatório de Itaparica até o Reservatório Areias, ambos no município de Floresta (PE). A Meta 1L possui 16 km de extensão. Situação: Operacional.	A captação de águas se dá no Reservatório Areias até o Reservatório Barro Branco, no município de Sertânia (PE). A Meta 2L possui 167 km de extensão. Situação: Operacional.	A captação de águas se dá entre o Reservatório Barro Branco e o Reservatório Poções, no município de Monteiro (PB). A Meta 3L possui 34 km de extensão. Situação: Operacional.

7.19. As obras do Eixo Leste estão praticamente concluídas, e em condições de aduzir as águas previstas para este Eixo.

II.II.I - Ramal Associado ao Eixo Leste

7.20. Anexo ao Eixo Leste, existe um Ramal Associado:

Tabela 4: Ramais Associados ao Eixo Leste
Ramal do Agreste (Trecho VII)
A captação de águas acontece no reservatório Barro Branco (PE), passando próximo às cidades de Sertânia e Arcoverde, e termina no reservatório Ipojuca (PE). O Trecho VII possui 71 km de extensão, onde uma estação de bombeamento eleva as águas em 213 metros e, a partir desse ponto, o escoamento se dá por gravidade. Sua implementação permite uma adução máxima de 8 m³/s. Situação: Operacional.

III - Execução financeira

7.21. A União investiu, até o momento, aproximadamente **R\$ 14,5 bilhões** nas obras dos Eixos Principais, Ramais Associados e pré-operação do empreendimento.

Tabela 5: Custo do Empreendimento 2008-2022. Valores em Reais (R\$)		
Eixo/Ramal		Valores Pagos Acumulados
Eixos Principais	Eixo Norte (Trechos I e II)	7.233.805.224,76
	Eixo Leste (Trecho V)	4.434.757.546,46
	Total Eixos Principais	11.668.562.771,22
Ramais Associados	Ramal do Apodi (Trecho IV)	40.241.393,60
	Ramal do Entremontes (Trecho VI)	2.103.125,00
	Ramal do Agreste (Trecho VII)	1.675.834.594,34
	Total Ramais Associados	1.718.179.112,94
Operação e Manutenção (O&M)	Eixo Norte e Eixo Leste	1.110.107.064,46
Total		14.496.848.948,62

Fonte: Tesouro Gerencial - SIAFI. Acesso em: 15 de julho de 2022.

IV - Pré-operação e Plano de Gestão Anual

7.22. Os dois eixos principais se encontram em pré-operação. O Eixo Leste desde 2017, após o Ministério da Integração Nacional (MI) disponibilizar a água aduzida pelo PISF no rio Paraíba em Monteiro (PB). Naquele momento, o Estado da Paraíba encontrava-se em um severo racionamento de água e a infraestrutura do

PISF contribuiu para o fim da escassez de recursos hídricos no Estado, beneficiando mais de 1 milhão de pessoas em Campina Grande e região. Já o Eixo Norte iniciou a pré-operação com o Trecho I em agosto de 2020, e o Trecho II em fevereiro deste ano.

7.23. No que tange à elaboração do Plano de Gestão Anual (PGA), esta foi instituída por meio do [Decreto nº 5.995/2006](#), conforme consta em seu Art. 19:

"Art. 19. O Plano de Gestão Anual será elaborado pela Operadora Federal, seguindo diretrizes do Ministério da Integração Nacional e ouvido o Conselho Gestor, e submetido àquele Ministério e à ANA, para aprovação das disposições atinentes às suas respectivas competências."

7.24. Em 2018, a ANA passou a aprovar e publicar anualmente o PGA, elaborado pela Operadora Federal (Codevasf) em conformidade com as regras de operação dos reservatórios, como consta no Art. 12 da [Resolução ANA nº 2.333/2017](#):

"Art. 12 Anualmente, a Operadora Federal elaborará o PGA do PISF, seguindo as regras de operação dos reservatórios e alocação negociada de água estabelecidas pela ANA e pelos Estados, as diretrizes do Ministério da Integração Nacional e ouvido o Conselho Gestor, o qual será submetido àquele Ministério e à ANA, para aprovação das disposições atinentes às suas respectivas competências."

7.25. O PGA vigente contém a programação de bombeamento e fornecimento de água bruta nos Pontos de Entrega, sendo sua proposta fundamentada por meio dos Planos Operativos Anuais (POAs) dos Estados Beneficiados e nas diretrizes do MDR. A Tabela 6 dispõe da repartição da vazão média anual aos Estados:

Tabela 6: Repartição da vazão média anual pelo PGA			
Resolução ANA nº	Ano do PGA	Estados	Vazão Média Anual (m³/s)
63/2018	2018	Paraíba	4,67
		Pernambuco	0,75
100/2018	2019	Ceará	12,0
		Paraíba	3,65
		Pernambuco	0,69
125/2019	2020	Ceará	2,58
		Paraíba	3,75
		Pernambuco	1,71
59/2020	2021	Ceará	5,58
		Paraíba	3,75
		Pernambuco	1,82
116/2022	2022	Ceará	4,16
		Paraíba	3,75
		Pernambuco	2,96

8. CONCLUSÃO

8.1. Não resta dúvidas sobre a importância social e econômica do empreendimento. Estas já foram demonstradas pelos estudos de viabilidade que subsidiaram a decisão pela execução do PISF. As obras já estão praticamente concluídas no que diz respeito dos seus Eixos Principais e Ramal do Agreste. Está em execução o Ramal do Apodi, em fase de contratação o Ramal do Salgado, e aguardando licitação o Ramal do Entremontes.

8.2. Já foram investidos mais de R\$ 14,5 bilhões em obras dos Eixos Principais, Ramais Associados e operação. O Eixo Leste está em pré-operação desde 2017 e o Eixo Norte desde 2020, fornecendo segurança hídrica aos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Para o Estado do Rio Grande do Norte, ainda não houve repartição de vazão média anual pelos PGAs.

8.3. Quanto a assinatura dos Contratos de Prestação de Serviço de Adução de Água Bruta, estes estão sendo tratados desde de 2019 no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF da Advocacia Geral da União - AGU. Vários documentos já foram elaborados e o decreto com as alterações necessárias para formalizar o MDR como Operador Federal, viabilizando a utilização do FPE como garantia ao pagamento das tarifas, está em trâmite. Estas ações dependem de atores externos e não há como precisar o tempo que será necessário para as suas conclusões. A solução via PL do Marco Hídrico depende de ações do Poder Legislativo e da formatação da solução, sendo, da mesma forma, difícil estimar um prazo para sua solução.

8.4. Foram apontadas inconformidades nas estruturas do PISF que estão sendo equacionadas mas ainda sem prazo definido para conclusão. O DPE informou que, em que pese o exposto pela CGOF, que o sistema encontra-se praticamente concluído e operacional (Eixos Principais e Ramal do Agreste). Ademais, quando forem ser implementadas as medidas necessárias a manutenção do sistema, as metodologias aplicáveis para cada intervenção devem priorizar a não interrupção da operação, em ambos os Eixos.

8.5. A Instalação, calibração e aferição de medidores de vazão está em andamento com previsão de conclusão em 2023.

8.6. Os Planos de Gestão Anual - PGA estão sendo aprovados e publicados pela ANA anualmente, desde 2018.

8.7. Como pode ser observado, existem pendências que vão de encontro ao início da operação comercial do PISF. Assim, sugerimos que seja solicitada prorrogação da condicionante III, do art. 4 da Resolução ANA nº 411/2005 por ao menos 2 anos, tempo este que se entende ser suficiente para a formalização dos contratos de fornecimento de água com os estados, para a solução dos itens apontados pela CGOF e para a instalação dos medidores.

Respeitosamente,

STANLEY RODRIGUES BASTOS

Coordenador-Geral de Contratos e Orçamento

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

De acordo. Submeto a presente Nota Técnica ao Secretário Nacional de Segurança Hídrica para conhecimento, anuência e encaminhamento à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), conforme Ofício - Minuta CEO (3931679).

OSCALMI PORTO FREITAS

Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Stanley Rodrigues Bastos, Coordenador(a) Geral Contratos e Orçamento**, em 09/09/2022, às 17:22, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Oscálmi Porto Freitas, Diretor(a) do Departamento de Projetos Estratégicos**, em 09/09/2022, às 17:51, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3931658** e o código CRC **FA1B6B4D**.

Referência: Processo nº 59000.009442/2022-88

SEI nº 3931658

OUTORGA Nº @@txt_identificacao@@, DE @@txt_dt_documento_maiusculo@@.
Documento nº @@nup_protocolo@@

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8 de maio de 2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua @@numero_reuniao@@ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em @@data_reuniao@@, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30 de outubro de 2017, e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.000006/2001, resolveu:

Art. 1º Alterar o inciso III do art. 4º da Resolução ANA n. 411, de 22 de setembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.....

III – início da operação da primeira fase do empreendimento até 31 de dezembro de 2024; e”.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)
MARCO NEVES

OFÍCIO Nº @@txt_identificacao@@
Documento nº @@nup_protocolo@@

Brasília, @@txt_dt_documento@@.

Ao Senhor
Sergio Luiz Soares de Souza Costa
Secretário-Executivo
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH
SEPN, Quadra 505, Lote 02, Edf. Marie Prendi Cruz, 1º Andar
70730-540 Brasília – DF

Assunto: Oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre alteração da Outorga do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF.

Referência: Processo nº 02501.000006/2001

Senhor Secretário,

1. Em atenção ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, que versa sobre a oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para a prorrogação dos prazos de início e conclusão da implantação de empreendimento definidos no ato da outorga de direito de uso de recursos hídricos quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, encaminho cópia do pedido de prorrogação do prazo solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para entrada em operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
2. Encaminho também a Nota Técnica nº 7/2022/COOUT/SRE, com as considerações técnicas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico acerca da referida solicitação de prorrogação de prazo, em que se manifesta favorável.
3. Dessa forma, solicito a oitiva do CNRH sobre o tema em sua próxima reunião plenária.
4. Esta Agência permanece à disposição para informações adicionais, se necessárias.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS
Diretora-Presidente

Usuário Externo (signatário): maria jose guimaraes
IP utilizado: 172.18.1.1
Data e Horário: 16/11/2022 17:32:41
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 59000.019254/2022-68
Interessados:

maria jose guimaraes

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:

- Requerimento Ofício 145 2022 VR ANA 59540 4022267

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério do Desenvolvimento Regional.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
DESPACHO

Processo nº 59000.019254/2022-68

Ao Departamento de Projetos Estratégicos - DPE/SNSH
Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

1. Encaminho, para análise e providências cabíveis, Ofício Nº 145/2022/VR/ANA (4022267) e Anexo - Nota Técnica 7 (4023397), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico -ANA, referente à Oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre alteração da Outorga do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF.

[assinado eletronicamente]
ANA CATARINA DE ALMEIDA MOURA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Ana Catarina de Almeida Moura, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica**, em 17/11/2022, às 14:32, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4023419** e o código CRC **7E5B1E75**.